

**CONCURSO – EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO 002/2023
PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPIGÃO D'OESTE-RO
JULGAMENTO DE RECURSOS DO GABARITO**

**CARGO: MOTORISTA/MOTORISTA TRANSPORTE COLETIVO/
MOTORISTA DE AMBULÂNCIA/MOTORISTA DE
VEÍCULOS PESADOS/MOTORISTA TRANSPORTE
ESCOLAR**

**RECORRENTE: 103279 e Outros
QUESTÃO 02
RECURSO IMPROCEDENTE
JUSTIFICATIVA**

Tendo em vista o contexto em que a expressão está inserida, a mesma denota sentido de finalidade para o fato expresso, ou seja, “pra mode acalantar” ou para com isso poder acalantar. Quanto ao sentido de depreciação proposto pelo referido recurso como sendo correta, não há como inserir tal sentido, haja vista que em momento algum o eu lírico busca depreciar o que quer que seja.

Portanto, a alternativa correta é a divulgada no Gabarito Parcial.

**QUESTÃO 03
RECURSO IMPROCEDENTE
JUSTIFICATIVA**

No contexto o verbo “falar” faz referência a um fato dado como certo que ocorreu no passado de forma não finalizada, ou seja, a referida forma verbal “falava” está no pretérito imperfeito do indicativo. Quanto à possibilidade de estar no pretérito imperfeito do subjuntivo, não é possível, tendo em vista que o mesmo não denota fato hipotético e não possui a desinência –SSE, característico desse tempo e modo verbal.

Portanto, a alternativa correta é a divulgada no Gabarito Parcial.

**QUESTÃO 05
RECURSO IMPROCEDENTE
JUSTIFICATIVA**

Caso o verbo fosse Haver o mesmo seria impessoal, ou seja, não teria sujeito e o mesmo estaria conjugado na 3ª pessoa do singular. Em: EXISTEM MUITOS ALUNOS... podemos constatar que o verbo está na 3ª pessoa do plural concordando justamente com o seu sujeito, no caso “muitos alunos”. Portanto, trata-se de sujeito simples, cujo núcleo é “alunos”.

Portanto, a alternativa correta é a divulgada no Gabarito Parcial.

QUESTÃO 10
RECURSO IMPROCEDENTE
JUSTIFICATIVA

A referida frase está na voz passiva analítica, ou seja, “pelo IBGE” é o termo que pratica a ação verbal. Vale ressaltar que a voz passiva analítica é formada por um verbo auxiliar (ser ou estar) e o verbo principal (transitivo direto ou transitivo direto e indireto). Nesse caso exposto, o sujeito é “Novos índices de inflação”. Portanto, “pelo IBGE” exerce a função de Agente da Passiva.

Portanto, a alternativa correta é a divulgada no Gabarito Parcial.

QUESTÃO 17
RECURSO PROCEDENTE
GABARITO RETIFICADO
ALTERNATIVA CORRETA “C”

Note que $221=7 \times 31+4$, logo o resto na divisão é 4 e para a divisão ser exata basta acrescentar +3. Logo, deve-se alterar o gabarito da letra “D” para a letra “C”.

QUESTÃO 21
RECURSO IMPROCEDENTE
JUSTIFICATIVA

A repetição de um número indica em geral aumento da intensidade daquele risco específico, por exemplo:

30 – Inflamável.

33 – Muito inflamável.

Disponível em: <chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://www2.ufjf.br/nupis/files/2011/02/aula-6-qu%c3%admica-do-meio-ambiente.pdf>. Acessado em: 11 fev 2024.

Portanto, a alternativa correta é a divulgada no Gabarito Parcial.

QUESTÃO 24
RECURSO PROCEDENTE
GABARITO RETIFICADO
ALTERNATIVA CORRETA “C”

Queimaduras químicas

Causada por contato com produtos químicos, como ácidos:

Enxágue o local por, pelo menos, 20 minutos em água corrente.

Remova imediatamente: anéis, pulseiras, relógios, colares, cintos, sapatos e roupas, antes que a área afetada comece a inchar.

Remova resíduo de roupa contaminada pelo produto, prevenindo queimadura em outras áreas. No caso de os olhos terem sido afetados: enxágue abundantemente em água corrente até ajuda médica. Se usar lentes de contato, removê-las imediatamente.

Referência: Hospital Santa Cruz.

Disponível em: <<https://www.hospitalstacruz.com.br/informacoes/primeiros-socorros/queimadura/#:~:text=Queimaduras%20qu%C3%ADmicas,%C3%A1rea%20afetada%20comece%20a%20inchar.>>. Acessado em: 11 fev 2024.

QUESTÃO 27
RECURSO IMPROCEDENTE
JUSTICATIVA

O nome amarela (ou amarelo) não altera a cor da sinalização horizontal presente nas vias. Portanto, a alternativa correta é a divulgada no Gabarito Parcial.

QUESTÃO 29
RECURSO IMPROCEDENTE
JUSTIFICATIVA

De acordo com o Código de Trânsito Brasileiro:

- Recolhimento da Carteira Nacional de Habilitação e Suspensão do direito de dirigir, são penalidades.
- Retenção do veículo e remoção do veículo, são medidas administrativas.

Portanto, a alternativa correta é a divulgada no Gabarito Parcial.

QUESTÃO 30
RECURSO IMPROCEDENTE
JUSTIFICATIVA

A alternativa “B” apresenta a definição de “tempo de parada”.
A alternativa “C” apresenta a definição de “tempo de reação”.

Portanto, a alternativa correta é a divulgada no Gabarito Parcial.

QUESTÃO 34
RECURSO IMPROCEDENTE
JUSTIFICATIVA

Vide art. 148-A, da Lei Federal nº 9.503/1997, onde consta *ipsis litteris*:

Art. 148-A. Os condutores das categorias C, D e E deverão comprovar resultado negativo em exame toxicológico para a obtenção e a renovação da Carteira Nacional de Habilitação.

§ 1º O exame de que trata este artigo buscará aferir o consumo de substâncias psicoativas que, comprovadamente, comprometam a capacidade de direção e deverá ter janela de detecção mínima de 90 (noventa) dias, nos termos das normas do Contran.

§ 2º Além da realização do exame previsto no **caput** deste artigo, os condutores das categorias C, D e E com idade inferior a 70 (setenta) anos serão submetidos a novo exame a cada período de 2 (dois) anos e 6 (seis) meses, a partir da obtenção ou renovação da Carteira Nacional de Habilitação, independentemente da validade dos demais exames de que trata o inciso I do **caput** do art. 147 deste Código.

Portanto, a alternativa correta é a divulgada no Gabarito Parcial.

QUESTÃO 35
RECURSO IMPROCEDENTE
JUSTIFICATIVA

A categoria “C” é para veículos acima de 3,5 toneladas de peso bruto total, o que se enquadra na questão e a resposta está correta. Seria categoria “E” se a unidade acoplada, reboque ou semirreboque tivesse capacidade para mais de 6 toneladas de peso bruto total, mas a questão não fala de unidade acoplada.

Portanto, a alternativa correta é a divulgada no Gabarito Parcial.

QUESTÃO 36
RECURSO IMPROCEDENTE
JUSTIFICATIVA

De acordo com a ABNT NBR 7500 (2017), o fundo do painel de segurança não pode ser da cor laranja, tem que ser na cor preta ou branca, pois se ele se soltar do veículo em caso de sinistro, a cor laranja lisa passa uma informação sobre o risco de vários produtos sendo transportados juntos.

Portanto, a alternativa correta é a divulgada no Gabarito Parcial.

QUESTÃO 37
RECURSO IMPROCEDENTE
JUSTIFICATIVA

É claro que cada acidente é diferente do outro. E, por isso, só se pode falar na melhor forma de socorro quando se sabe quais são as suas características.

Um veículo que está se incendiando, um local perigoso (uma curva, por exemplo), vítimas presas nas ferragens, a presença de cargas tóxicas, etc., tudo isso interfere na forma do socorro.

Suas ações também vão ser diferentes caso haja outras pessoas iniciando os socorros, ou mesmo se Você estiver ferido.

Mas a sequência das ações a serem realizadas vai sempre ser a mesma:

1. Manter a calma;
2. Garantir a segurança;
3. Pedir socorro;
4. Controlar a situação;
5. Verificar a situação das vítimas;
6. Realizar algumas ações com as vítimas.

Cada uma dessas ações é detalhada nos próximos itens. O importante agora é fixá-las, ter sempre em mente a sequência delas.

E também saber que uma ação pode ser iniciada sem que a anterior tenha sido terminada. **Você pode, por exemplo, começar a garantir a segurança sinalizando o local, parar para pedir socorro e voltar depois para completar a segurança do local.**

Com calma e bom senso, os primeiros socorros podem evitar que as consequências do acidente sejam ampliadas.

Referência: ABRAMET. Manual Básico de Segurança no Trânsito. Noções de Primeiros Socorros no Trânsito, p. 36.

Portanto, a alternativa correta é a divulgada no Gabarito Parcial.

QUESTÃO 40
RECURSO IMPROCEDENTE
JUSTIFICATIVA

Vide parágrafo 7º, do art. 257, da Lei Federal nº 9.503/1997, onde consta *ipsis litteris*:

§ 7º. Quando não for imediata a identificação do infrator, o principal condutor ou o proprietário do veículo terá o prazo de 30 (trinta) dias, contado da notificação da autuação, para apresentá-lo, na forma em que dispuser o Contran, e, transcorrido o prazo, se não o fizer, será considerado responsável pela infração o principal condutor ou, em sua ausência, o proprietário do veículo.

Portanto, a alternativa correta é a divulgada no Gabarito Parcial.

CARGO: OPERADOR DE MÁQUINAS

RECORRENTE: 103511 e Outros

QUESTÃO 03
RECURSO IMPROCEDENTE
JUSTIFICATIVA

No contexto o verbo “falar” faz referência a um fato dado como certo que ocorreu no passado de forma não finalizada, ou seja, a referida forma verbal “falava” está no pretérito imperfeito do indicativo. Quanto à possibilidade de estar no pretérito imperfeito do subjuntivo, não é possível, tendo em vista que o mesmo não denota fato hipotético e não possui a desinência –SSE, característico desse tempo e modo verbal.

Portanto, a alternativa correta é a divulgada no Gabarito Parcial.

QUESTÃO 06
RECURSO IMPROCEDENTE
JUSTIFICATIVA

Em A, temos o verbo “haver” no sentido de existir, logo trata-se de um verbo impessoal, onde não há sujeito e o mesmo se apresenta na 3ª pessoa do singular. É fato observar que o verbo deverá concordar com o sujeito ao qual se refere. “Muitos alunos” está no plural e o verbo no singular. Nesse caso “muitos alunos” exerce a função sintática de objeto direto. No que tange à alternativa D, faz-se a pergunta ao verbo, “Quem viajou para um lugar bem distante?”, a resposta é “Meu pai”, ou seja, trata-se do sujeito da referida oração.

Portanto, a alternativa correta é a divulgada no Gabarito Parcial.

QUESTÃO 17
RECURSO PROCEDENTE
GABARITO RETIFICADO
ALTERNATIVA CORRETA “C”

Note que $221=7 \times 31+4$, logo o resto na divisão é 4 e para a divisão ser exata basta acrescentar +3. Logo, deve-se alterar o gabarito da letra “D” para a letra “C”.

QUESTÃO 19
RECURSO IMPROCEDENTE
JUSTIFICATIVA

Chamemos D=dividendo, sabemos que o resto é o maior possível e como o divisor é 13 o maior resto possível é 12, logo $D=13 \times 14+12=182+12=194$.

Portanto, a alternativa correta é a divulgada no Gabarito Parcial.

QUESTÃO 21
RECURSO IMPROCEDENTE
JUSTIFICATIVA

Vide parágrafo 3º, do art. 101, da Lei Federal nº 9.503/1997, onde consta *ipsis litteris*:

Aos guindastes autopropelidos ou sobre caminhões poderá ser concedida, pela autoridade com circunscrição sobre a via, autorização especial de trânsito, com prazo de seis meses, atendidas as medidas de segurança consideradas necessárias.

Quanto as resoluções 210/2006, do Contran e 01/2016, do DNIT, creio que houve um equívoco por parte de interpretação e a fonte mencionada pelo(a) candidato(a) não trata desse assunto.

Portanto, a alternativa correta é a divulgada no Gabarito Parcial.

QUESTÃO 23
RECURSO IMPROCEDENTE
JUSTIFICATIVA

O código é comum a todos os aparelhos, as mensagens de texto não.

Portanto, a alternativa correta é a divulgada no Gabarito Parcial.

QUESTÃO 35
RECURSO IMPROCEDENTE
JUSTIFICATIVA

Vide art. 144, da Lei Federal nº 9.503/1997, onde consta *ipsis litteris*:

Art. 144. O trator de roda, o trator de esteira, o trator misto ou o equipamento automotor destinado à movimentação de cargas ou execução de trabalho agrícola, de terraplenagem, de

construção ou de pavimentação só podem ser conduzidos na via pública por condutor habilitado nas categorias C, D ou E.

Desde que o novo Código de Trânsito entrou em vigor, os condutores de tratores ou equipamentos automotores utilizados no trabalho agrícola estão obrigados a obter carteira de motorista de categoria C, destinada a quem dirige veículos no transporte de cargas com peso bruto superior a 3,5 mil quilos.

De acordo com o art. 144, do Código de Trânsito Brasileiro, realmente as categorias para condução dessa espécie de máquinas na via pública seriam essas mencionadas, porém a questão não especifica condução na via pública e em áreas privadas basta o operador comprovar proficiência na operação da máquina.

Portanto, a alternativa correta é a divulgada no Gabarito Parcial.

CARGO: OPERADOR DE MOTOSERRA

RECORRENTE: 105422 e Outros

QUESTÃO 17

RECURSO PROCEDENTE

GABARITO RETIFICADO

ALTERNATIVA CORRETA “C”

Note que $221=7 \times 31+4$, logo o resto na divisão é 4 e para a divisão ser exata basta acrescentar +3. Logo, deve-se alterar o gabarito da letra “D” para a letra “C”.

CARGO: TÉCNICO DE ENFERMAGEM

RECORRENTE: 100088 e Outros

QUESTÃO 01

RECURSO IMPROCEDENTE

JUSTIFICATIVA

Em “Treme o rio, a rolar; de vaga em vaga,” a palavra “A” é uma preposição, pois é uma palavra relacional, ou seja, que liga duas outras palavras entre si, de modo que o sentido da primeira é completado pelo da segunda. O sentido é de modo, mas não é caracterizado como advérbio, justamente pelo fato de estar relacionando termos. Portanto, trata-se de uma preposição.

Portanto, a alternativa correta é a divulgada no Gabarito Parcial.

QUESTÃO 14

RECURSO PROCEDENTE

QUESTÃO NULA

CARGO: AGENTE ADMINISTRATIVO/AUXILIAR DE SERVIÇOS **ADMINISTRATIVOS**

RECORRENTE: 102678 e Outros

QUESTÃO 01

RECURSO IMPROCEDENTE

JUSTIFICATIVA

Em “Treme o rio, a rolar; de vaga em vaga,” a palavra “A” é uma preposição, pois é uma palavra relacional, ou seja, que liga duas outras palavras entre si, de modo que o sentido da primeira é completado pelo da segunda. O sentido é de modo, mas não é caracterizado como advérbio, justamente pelo fato de estar relacionando termos. Portanto, trata-se de uma preposição.

Portanto, a alternativa correta é a divulgada no Gabarito Parcial.

QUESTÃO 02

RECURSO IMPROCEDENTE

JUSTIFICATIVA

O enunciado foi bem claro quando se refere à “função sintática”. Seria classificado o “O” como artigo caso fosse a classificação morfológica da referida palavra. Não confundir classificação sintática com classificação morfológica”. Na classificação sintática temos a função que a palavra exerce no contexto, onde pode ser “adjunto adnominal, adjunto adverbial, objeto direto etc. Na classificação morfológica, aí sim se faz menção à classe gramatical ao qual ela pertence. Lembrando que há dez classes gramaticais. Portanto, o “O” exerce a função sintática de “adjunto adnominal”.

Portanto, a alternativa correta é a divulgada no Gabarito Parcial.

QUESTÃO 03

RECURSO IMPROCEDENTE

JUSTIFICATIVA

No referido contexto o “O” é classificado como artigo, todavia, a referida questão pede que seja identificado a alternativa em que o termo está classificado incorretamente, ou seja, ao afirmar que em “Rasga o seio do rio adormecido” sendo o “O” como pronome, denota erro quanto à classificação morfológica da referida palavra. Não se trata de pronome e sim de artigo.

Portanto, a alternativa correta é a divulgada no Gabarito Parcial.

QUESTÃO 04

RECURSO IMPROCEDENTE

JUSTIFICATIVA

Em “MEMBROS” podemos constatar que possui 7 letras e, ao pronunciarmos a mesma o EM possui um só fonema, haja visto tratar-se de um dígrafo vocálico, como foi sinalizado pelo referido recurso, ou seja temos 6 fonemas. Enfim, 7 letras e 6 fonemas.

Portanto, a alternativa correta é a divulgada no Gabarito Parcial.

QUESTÃO 05
RECURSO IMPROCEDENTE
JUSTIFICATIVA

Em SAGUÃO temos o encontro de semivogal + vogal + semivogal, caracterizando o tritongo e em SAÍDA, ao separarmos as sílabas teremos SA-Í-DA, ou seja, temos vogais separadas, caracterizando o hiato.

Portanto, a alternativa correta é a divulgada no Gabarito Parcial.

QUESTÃO 06
RECURSO IMPROCEDENTE
JUSTIFICATIVA

A referida questão pede para identificar a alternativa em que TODAS as palavras apresentam dígrafo. Na alternativa A, temos a palavra “aplicar” que possui encontro consonantal: PL. Já na alternativa B, todas possuem dígrafo, respectivamente: AM, EM, IM SS-UM.

Portanto, a alternativa correta é a divulgada no Gabarito Parcial.

QUESTÃO 07
RECURSO IMPROCEDENTE
JUSTIFICATIVA

“A resposta da banca é a única que respeita o dicionário Aurélio em todos os termos presentes na letra A”, ou seja, todas as palavras em A está grafadas de acordo com o padrão culta da língua portuguesa.

Portanto, a alternativa correta é a divulgada no Gabarito Parcial.

QUESTÃO 08
RECURSO IMPROCEDENTE
JUSTIFICATIVA

A referida questão se refere à classificação morfológica das palavras. Enfim, o referido recurso reconhece como sendo a letra B como sendo a correta.

Portanto, a alternativa correta é a divulgada no Gabarito Parcial.

QUESTÃO 09
RECURSO IMPROCEDENTE
JUSTIFICATIVA

A questão faz referência à classificação sintática, ou seja, o “NÃO” em “Um galo sozinho não tece uma manhã” é um adjunto adverbial de negação, não um artigo como esse recurso se refere. Vale ressaltar que em contexto algum a palavra “não” será artigo.

Portanto, a alternativa correta é a divulgada no Gabarito Parcial.

QUESTÃO 11
RECURSO IMPROCEDENTE
JUSTIFICATIVA

Os referidos pronomes, dentro do contexto, estão situando, no tempo e no espaço, a pessoa ou coisa referida, em relação às três pessoas do discurso.

Portanto, a alternativa correta é a divulgada no Gabarito Parcial.

QUESTÃO 13
RECURSO IMPROCEDENTE
JUSTIFICATIVA

A alternativa correta pedida pelo candidato já é a divulgada no Gabarito Parcial.

Portanto, a alternativa correta é a divulgada no Gabarito Parcial.

QUESTÃO 14
RECURSO IMPROCEDENTE
JUSTIFICATIVA

A alternativa correta pedida pelo candidato já é a divulgada no Gabarito Parcial.

Portanto, a alternativa correta é a divulgada no Gabarito Parcial.

QUESTÃO 15
RECURSO IMPROCEDENTE
JUSTIFICATIVA

A questão faz referência à classificação sintática, ou seja, o “O” que é artigo morfologicamente, exerce a função sintática de adjunto adnominal, o mesmo se aplica a “do orador”, ambos são adjuntos adnominais, sintaticamente.

Portanto, a alternativa correta é a divulgada no Gabarito Parcial.

QUESTÃO 16
RECURSO IMPROCEDENTE
JUSTIFICATIVA

“Calados” faz referência ao sujeito da oração, no caso o sujeito oculto “nós”. Observar também a presença do verbo de ligação “permanecer” que, ao estar presente, remete a predicativo do sujeito. Portanto em “Permanecemos todos calados”, o termo “calados” é um predicativo do sujeito. Adjunto adnominal modifica um nome e nesse caso específico, se faz referência ao sujeito.

Portanto, a alternativa correta é a divulgada no Gabarito Parcial.

QUESTÃO 18
RECURSO IMPROCEDENTE
JUSTIFICATIVA

A alternativa correta pedida pelo candidato já é a divulgada no Gabarito Parcial.

Portanto, a alternativa correta é a divulgada no Gabarito Parcial.

QUESTÃO 19
RECURSO IMPROCEDENTE
JUSTIFICATIVA

A alternativa correta pedida pelo candidato já é a divulgada no Gabarito Parcial.

Portanto, a alternativa correta é a divulgada no Gabarito Parcial.

QUESTÃO 20
RECURSO IMPROCEDENTE
JUSTIFICATIVA

A alternativa correta pedida pelo candidato já é a divulgada no Gabarito Parcial.

Portanto, a alternativa correta é a divulgada no Gabarito Parcial.

QUESTÃO 21
RECURSO IMPROCEDENTE
JUSTIFICATIVA

Veja que André começa a jogar o dado não viciado, e como queremos saber a probabilidade de Bruno ganhar, necessariamente André não deve tirar 1 nos seus lançamentos. A probabilidade de Bruno ganhar na primeira tentativa é a probabilidade de André perder no seu primeiro lançamento e Bruno ganhar no seu primeiro lançamento, ou seja, $(5/6) \times (1/6)$, a probabilidade de Bruno ganhar na segunda tentativa é ambos perderem na primeira tentativa vezes André perder no seu segundo lançamento e Bruno ganhar no seu segundo lançamento, ou seja, $(5/6) \times (5/6) \times (5/6) \times (1/6)$, e assim infinitamente. Agora, para sabermos a probabilidade de Bruno ganhar, basta somar todas essas probabilidades, portanto,

$$\begin{aligned} & (5/6) \times (1/6) + (5/6) \times (5/6) \times (5/6) \times (1/6) + (5/6) \times (5/6) \times (5/6) \times (5/6) \times (5/6) \times (1/6) + \dots \\ & = (1/6) \times [(5/6) + (5/6) \times (5/6) \times (5/6) + (5/6) \times (5/6) \times (5/6) \times (5/6) \times (5/6) + \dots] \\ & = \frac{1}{6} \left[\frac{5}{6} + \left(\frac{5}{6}\right)^3 + \left(\frac{5}{6}\right)^5 + \dots \right] = \frac{1}{6} \left[\frac{\frac{5}{6}}{1 - \left(\frac{5}{6}\right)^2} \right] = \frac{1}{6} \left[\frac{\frac{5}{6}}{1 - \frac{25}{36}} \right] = \frac{1}{6} \left[\frac{\frac{5}{6}}{\frac{11}{36}} \right] = \frac{1}{6} \cdot \frac{5}{6} \cdot \frac{36}{11} = \frac{5}{11}. \end{aligned}$$

Portanto, a alternativa correta é a divulgada no Gabarito Parcial.

QUESTÃO 24
RECURSO PROCEDENTE
QUESTÃO NULA

QUESTÃO 25
RECURSO IMPROCEDENTE
JUSTIFICATIVA

O século 40 d.C corresponde ao período do ano 3901 ao ano 4000. Note que $63^2=63 \times 63=3969$ que está dentro do período do século 40 d.C, ou seja, $x=63$ e $x^2=63^2=3969$, portanto ele tinha 63 anos no ano 3969, logo ele nasceu com certeza no ano $3969-63=3906$.

Portanto, a alternativa correta é a divulgada no Gabarito Parcial.

QUESTÃO 31
RECURSO IMPROCEDENTE
JUSTIFICATIVA

De acordo com o item 16.3, do Edital de Abertura do Edital de Concurso Público, os recursos devem seguir as seguintes determinações:

(...)

Ser elaborado com argumentação lógica, consistente e, no caso de recurso contra questões da Prova Objetiva, Discursiva e/ou gabaritos preliminares, ser fundamentado exclusiva e expressamente na bibliografia referenciada nesse Edital, com indicação precisa do nome do autor, título, edição, capítulo, página e trecho no qual sua irresignação se origina;

Proceder ao confronto analítico entre suas razões de sua irresignação, e o ato decisório objeto do recurso;

Apresentar a fundamentação referente apenas à questão previamente selecionada para recurso, sendo necessária, obrigatoriamente, a citação da referência bibliográfica utilizada para tal recurso constando nome, versão, capítulo e páginas da referência.

De acordo com o item 16.6, do Edital de Abertura do Edital de Concurso Público, serão indeferidos os recursos que:

Não estiverem devidamente fundamentados e amparados no referencial bibliográfico, com sua citação;

Não apresentarem argumentações lógicas e consistentes;

(...)

Forem interpostos em desacordo com o prazo conforme estabelecido no item 16.3;

Apresentarem no corpo da fundamentação outras questões que não a selecionada.

QUESTÃO 32
RECURSO IMPROCEDENTE
JUSTIFICATIVA

A questão não especificou a versão dos Programas Microsoft Word, Excel e PowerPoint e no próprio site da Microsoft (link abaixo) evidencia que as extensões .doc, .ppt e .xls pertencem respectivamente ao Microsoft Word, Excel e Power Point (versões 97-2003). Ainda em tempo, é preciso reafirmar que mesmo no Microsoft Word, Excel e PowerPoint mais recentes (versão 365) é possível salvar os arquivos nestas anteriormente citadas extensões (.doc, .ppt e .xls). É dever do candidato, já que não foi especificada versão nem no edital nem na questão, interpretar a questão de forma ampla (abrangendo todas as versões).

Disponível em: <<https://support.microsoft.com/pt-br/windows/extens%C3%B5es-de-nome-de-arquivo-comuns-no-windows-da4a4430-8e76-89c5-59f7-1cdbc75cb01#:~:text=xlsx%2C%20por%20exemplo%2C%20a%20primeira>>.
Acessado em: 10 fev 2024

Portanto, a alternativa correta é a divulgada no Gabarito Parcial.

QUESTÃO 33

RECURSO IMPROCEDENTE

JUSTIFICATIVA

De acordo com o item 16.3, do Edital de Abertura do Edital de Concurso Público, os recursos devem seguir as seguintes determinações:

(...)

Ser elaborado com argumentação lógica, consistente e, no caso de recurso contra questões da Prova Objetiva, Discursiva e/ou gabaritos preliminares, ser fundamentado exclusiva e expressamente na bibliografia referenciada nesse Edital, com indicação precisa do nome do autor, título, edição, capítulo, página e trecho no qual sua irresignação se origina;

Proceder ao confronto analítico entre suas razões de sua irresignação, e o ato decisório objeto do recurso;

Apresentar a fundamentação referente apenas à questão previamente selecionada para recurso, sendo necessária, obrigatoriamente, a citação da referência bibliográfica utilizada para tal recurso constando nome, versão, capítulo e páginas da referência.

De acordo com o item 16.6, do Edital de Abertura do Edital de Concurso Público, serão indeferidos os recursos que:

Não estiverem devidamente fundamentados e amparados no referencial bibliográfico, com sua citação;

Não apresentarem argumentações lógicas e consistentes;

(...)

Forem interpostos em desacordo com o prazo conforme estabelecido no item 16.3;

Apresentarem no corpo da fundamentação outras questões que não a selecionada.

Portanto, a alternativa correta é a divulgada no Gabarito Parcial.

QUESTÃO 34

RECURSO IMPROCEDENTE

JUSTIFICATIVA

De acordo com o item 16.3, do Edital de Abertura do Edital de Concurso Público, os recursos devem seguir as seguintes determinações:

(...)

Ser elaborado com argumentação lógica, consistente e, no caso de recurso contra questões da Prova Objetiva, Discursiva e/ou gabaritos preliminares, ser fundamentado exclusiva e expressamente na bibliografia referenciada nesse Edital, com indicação precisa do nome do autor, título, edição, capítulo, página e trecho no qual sua irresignação se origina;

Proceder ao confronto analítico entre suas razões de sua irresignação, e o ato decisório objeto do recurso;

Apresentar a fundamentação referente apenas à questão previamente selecionada para recurso, sendo necessária, obrigatoriamente, a citação da referência bibliográfica utilizada para tal recurso constando nome, versão, capítulo e páginas da referência.

De acordo com o item 16.6, do Edital de Abertura do Edital de Concurso Público, serão indeferidos os recursos que:

Não estiverem devidamente fundamentados e amparados no referencial bibliográfico, com sua citação;

Não apresentarem argumentações lógicas e consistentes;

(...)

Forem interpostos em desacordo com o prazo conforme estabelecido no item 16.3;

Apresentarem no corpo da fundamentação outras questões que não a selecionada.

Portanto, a alternativa correta é a divulgada no Gabarito Parcial.

QUESTÃO 35 RECURSO IMPROCEDENTE JUSTIFICATIVA

De acordo com o item 16.3, do Edital de Abertura do Edital de Concurso Público, os recursos devem seguir as seguintes determinações:

(...)

Ser elaborado com argumentação lógica, consistente e, no caso de recurso contra questões da Prova Objetiva, Discursiva e/ou gabaritos preliminares, ser fundamentado exclusiva e expressamente na bibliografia referenciada nesse Edital, com indicação precisa do nome do autor, título, edição, capítulo, página e trecho no qual sua irresignação se origina;

Proceder ao confronto analítico entre suas razões de sua irresignação, e o ato decisório objeto do recurso;

Apresentar a fundamentação referente apenas à questão previamente selecionada para recurso, sendo necessária, obrigatoriamente, a citação da referência bibliográfica utilizada para tal recurso constando nome, versão, capítulo e páginas da referência.

De acordo com o item 16.6, do Edital de Abertura do Edital de Concurso Público, serão indeferidos os recursos que:

Não estiverem devidamente fundamentados e amparados no referencial bibliográfico, com sua citação;

Não apresentarem argumentações lógicas e consistentes;

(...)

Forem interpostos em desacordo com o prazo conforme estabelecido no item 16.3;
Apresentarem no corpo da fundamentação outras questões que não a selecionada.

Portanto, a alternativa correta é a divulgada no Gabarito Parcial.

**QUESTÃO 36
RECURSO IMPROCEDENTE
JUSTIFICATIVA**

A alternativa correta solicitada pelo candidato já é a divulgada no Gabarito Parcial.

**QUESTÃO 37
RECURSO IMPROCEDENTE
JUSTIFICATIVA**

A alternativa correta solicitada pelo candidato já é a divulgada no Gabarito Parcial.

**QUESTÃO 38
RECURSO IMPROCEDENTE
JUSTIFICATIVA**

A alternativa correta solicitada pelo candidato já é a divulgada no Gabarito Parcial.

**QUESTÃO 39
RECURSO IMPROCEDENTE
JUSTIFICATIVA**

A alternativa correta solicitada pelo candidato já é a divulgada no Gabarito Parcial.

**QUESTÃO 40
RECURSO IMPROCEDENTE
JUSTIFICATIVA**

A alternativa correta solicitada pelo candidato já é a divulgada no Gabarito Parcial.

CARGO: AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE

**RECORRENTE: 103424
QUESTÃO 14
RECURSO PROCEDENTE
QUESTÃO NULA**

CARGO: TÉCNICO EM HIGIENE DENTÁRIO

**RECORRENTE: 100145 e Outros
QUESTÃO 25
RECURSO PROCEDENTE
QUESTÃO NULA**

CARGO: GUARDA MUNICIPAL DE TRÂNSITO

RECORRENTE: 102752 e Outros

QUESTÃO 06

RECURSO IMPROCEDENTE

JUSTIFICATIVA

A referida questão pede para identificar a alternativa em que TODAS as palavras apresentam dígrafo. Na alternativa A, temos a palavra “aplicar” que possui encontro consonantal: PL. Já na alternativa B, todas possuem dígrafo, respectivamente: AM, EM, IM SS-UM.

Portanto, a alternativa correta é a divulgada no Gabarito Parcial.

QUESTÃO 15

RECURSO IMPROCEDENTE

JUSTIFICATIVA

O século 40 d.C corresponde ao período do ano 3901 ao ano 4000. Note que $63^2=63 \times 63=3969$ que está dentro do período do século 40 d.C, ou seja, $x=63$ e $x^2=63^2=3969$, portanto ele tinha 63 anos no ano 3969, logo ele nasceu com certeza no ano $3969-63=3906$.

Portanto, a alternativa correta é a divulgada no Gabarito Parcial.

QUESTÃO 39

RECURSO IMPROCEDENTE

JUSTIFICATIVA

Vide art. 12, da Lei Municipal nº 1.946/2016 (Dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos de Espigão do Oeste/RO), onde consta *ipsis litteris*:

Art. 12. São formas de provimento em cargo público:

I – Nomeação;

II – Readaptação;

III – Reversão;

IV – Recondução;

V – Reintegração; e

VI – Aproveitamento.

Ou seja, **adaptação** e **reaproveitamento** NÃO são formas de provimento para cargo público em Espigão do Oeste.

Portanto, a alternativa correta é a divulgada no Gabarito Parcial.

QUESTÃO 40
RECURSO IMPROCEDENTE
JUSTIFICATIVA

Vide art. 10, da Lei Orgânica do Município de Espigão do Oeste, onde consta *ipsis litteris*:

Art. 10 – Compete ao município:

(...)

IV – Aplicar suas rendas, prestando contas e publicando balancetes, nos prazos fixados em lei;

(...)

XII – Elaborar e executar o Plano Diretor como instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana (e NÃO, rural);

XIII – Constituir a guarda municipal destinada à proteção de seus bens, serviços e instalações, conforme dispuser a Lei;

XVI – Prover sobre a limpeza pública e ASo destino do lixo, bem como do serviço funerário e ocupação dos cemitérios;

(...)

Portanto, a alternativa correta é a divulgada no Gabarito Parcial.

CARGO: AGENTE DE ENDEMIAS

RECORRENTE: 102928 e Outros

QUESTÃO 02

RECURSO IMPROCEDENTE

JUSTIFICATIVA

O enunciado foi bem claro quando se refere à “função sintática”. Seria classificado o “O” como artigo caso fosse a classificação morfológica da referida palavra. Não confundir classificação sintática com classificação morfológica”. Na classificação sintática temos a função que a palavra exerce no contexto, onde pode ser “adjunto adnominal, adjunto adverbial, objeto direto etc. Na classificação morfológica, aí sim se faz menção à classe gramatical ao qual ela pertence. Lembrando que há dez classes gramaticais. Portanto, o “O” exerce a função sintática de “adjunto adnominal”.

Portanto, a alternativa correta é a divulgada no Gabarito Parcial.

CARGO: TÉCNICO DE ENFERMAGEM

RECORRENTE: 103494 e Outros

QUESTÃO 02

RECURSO IMPROCEDENTE

JUSTIFICATIVA

O enunciado foi bem claro quando se refere à “função sintática”. Seria classificado o “O” como artigo caso fosse a classificação morfológica da referida palavra. Não confundir classificação sintática com classificação morfológica”. Na classificação sintática temos a função que a palavra exerce no contexto, onde pode ser “adjunto adnominal, adjunto adverbial, objeto direto etc. Na classificação morfológica, aí sim se faz menção à classe gramatical ao qual ela pertence. Lembrando que há dez classes gramaticais. Portanto, o “O” exerce a função sintática de “adjunto adnominal”.

Portanto, a alternativa correta é a divulgada no Gabarito Parcial.

QUESTÃO 25

RECURSO IMPROCEDENTE

JUSTIFICATIVA

A questão solicita que o candidato escolha a alternativa que completa a frase do enunciado. Considerando que durante a febre, tanto o metabolismo celular, quanto o consumo de oxigênio aumentam, a alternativa C é o único gabarito da questão.

Não há que se falar que as alternativas C e D encontram-se incompletas pois nas duas alternativas, o metabolismo celular e o consumo de oxigênio apresentam o mesmo comportamento (ou aumentam ou diminuem).

Portanto, a alternativa correta é a divulgada no Gabarito Parcial.

QUESTÃO 30

RECURSO IMPROCEDENTE

JUSTIFICATIVA

A vacina Hepatite B (alternativa B) é uma vacina composta de antígeno recombinante de superfície do vírus purificado, sendo por isso gabarito da questão por não se tratar de uma vacina composta por vírus vivo atenuado.

Portanto, a alternativa correta é a divulgada no Gabarito Parcial.

CARGO: TÉCNICO EM LABORATÓRIO

RECORRENTE: 107844 e Outros

QUESTÃO 14

RECURSO PROCEDENTE

QUESTÃO NULA

QUESTÃO 21

QUESTÃO NULA

QUESTÃO 26

RECURSO IMPROCEDENTE

JUSTIFICATIVA

De acordo com o Manual de Classificação de Risco dos Agentes Biológicos do Ministério da Saúde (2022), a classificação de risco II inclui os agentes biológicos que provocam infecções no ser humano ou animais, cujo potencial de propagação na comunidade e de disseminação no meio ambiente é limitado, e para os quais existem medidas profiláticas e terapêuticas o que difere da classificação de risco III: “inclui os agentes biológicos que possuem capacidade de transmissão, **em especial por via respiratória, e que causam doenças potencialmente letais** em humanos ou animais, e para as quais existem usualmente, medidas profiláticas e terapêuticas”. Dentre as diferenças, a classificação de risco II não possui transmissão por via respiratória e doenças potencialmente letais.

Referência

Brasil. Classificação de risco dos agentes biológicos/Ministério da Saúde, Secretaria de Ciência, Tecnologia, Inovação e Insumos Estratégicos em Saúde, Departamento de Gestão e Incorporação de Tecnologias e Inovação em Saúde. – Brasília: Ministério da Saúde, 2022.

Portanto, a alternativa correta é a divulgada no Gabarito Parcial.

QUESTÃO 28

RECURSO IMPROCEDENTE

JUSTIFICATIVA

De acordo com o Manual de Diagnóstico Laboratorial das Coagulopatias Hereditárias e Plaquetopatias (2016) do Ministério da Saúde, o tempo de protombina utiliza plasma pobre em plaquetas citratado com adição de **tromboplastina cálcica**. O teste de trombina utiliza plasma citratado com adição de **trombina** que avalia o tempo em que o fibrinogênio se transforma em fibrina (na presença padronizada de trombina).

Referência

Brasil. Manual de diagnóstico laboratorial das Coagulopatias Hereditárias e Plaquetopatias/Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Especializada e Temática. – Brasília: Ministério da Saúde, 2016.

Portanto, a alternativa correta é a divulgada no Gabarito Parcial.

QUESTÃO 32

RECURSO PROCEDENTE

QUESTÃO NULA

CARGO: PROCURADOR JURÍDICO/ PROCURADOR DO MUNICÍPIO

RECORRENTE: 107546 e Outros

QUESTÃO 01

RECURSO IMPROCEDENTE

JUSTIFICATIVA

A questão faz referência à classificação morfológica e não à sintática. Seria adjunto adverbial de negação se no enunciado da questão viesse “classificação sintática”. Morfologicamente o NÃO é um advérbio, ou seja é uma palavra que pertence à classe gramatical dos advérbios.

Portanto, a alternativa correta é a divulgada no Gabarito Parcial.

QUESTÃO 07

RECURSO IMPROCEDENTE

JUSTIFICATIVA

O enunciado da questão está claro sobre a “classificação morfológica”, ou seja, fazendo referência à classe gramatical a que pertence tal termo. Seria adjunto adverbial caso viesse função sintática, o que já seria a função que o advérbio exerceria nesse contexto. O que não vem ao caso. Portanto, trata-se de um advérbio de negação.

Portanto, a alternativa correta é a divulgada no Gabarito Parcial.

QUESTÃO 20

RECURSO PROCEDENTE

QUESTÃO NULA

CARGO: ENGENHEIRO CIVIL

RECORRENTE: 102234 e Outros

QUESTÃO 01

RECURSO IMPROCEDENTE

JUSTIFICATIVA

A questão faz referência à classificação morfológica e não à sintática. Seria adjunto adverbial de negação se no enunciado da questão viesse “classificação sintática”. Morfologicamente o NÃO é um advérbio, ou seja é uma palavra que pertence à classe gramatical dos advérbios.

Portanto, a alternativa correta é a divulgada no Gabarito Parcial.

QUESTÃO 05

RECURSO IMPROCEDENTE

JUSTIFICATIVA

Em “Ele notificou os réus de que a sentença se daria em breve” o verbo “notificou” é transitivo direto e indireto, ou seja, quem notifica, notifica alguém de alguma coisa. Na referida frase temos justamente em destaque a oração que funciona como objeto indireto do referido verbo, enfim, trata-se de uma oração subordinada substantiva objetiva indireta. Quanto a alternativa

B, a mesma trata-se de uma “completiva nominal” haja visto que convicto não é verbo e sim um nome (adjetivo).

Portanto, a alternativa correta é a divulgada no Gabarito Parcial.

QUESTÃO 07
RECURSO IMPROCEDENTE
JUSTIFICATIVA

O enunciado da questão está claro sobre a “classificação morfológica”, ou seja, fazendo referência à classe gramatical a que pertence tal termo. Seria adjunto adverbial caso viesse função sintática, o que já seria a função que o advérbio exerceria nesse contexto. O que não vem ao caso. Portanto, trata-se de um advérbio de negação.

Portanto, a alternativa correta é a divulgada no Gabarito Parcial.

QUESTÃO 11
RECURSO PROCEDENTE
QUESTÃO NULA

QUESTÃO 17
RECURSO IMPROCEDENTE
JUSTIFICATIVA

Resolução: Quantidade de números primos entre 1 a 250 = 53.

Logo a probabilidade será $P = 1 - \frac{53}{250} = \frac{197}{250} = 0,788$

Portanto, a alternativa correta é a divulgada no Gabarito Parcial.

QUESTÃO 20
RECURSO PROCEDENTE
QUESTÃO NULA

QUESTÃO 31
RECURSO IMPROCEDENTE
JUSTIFICATIVA

De fato, o fator de segurança é utilizado na verificação da carga admissível nos escoramentos. Não obstante, a assertiva não descaracteriza a verificação dele no cálculo da carga admissível, mantendo como a única opção correta.

Portanto, a alternativa correta é a divulgada no Gabarito Parcial

QUESTÃO 33
RECURSO PROCEDENTE
QUESTÃO NULA

QUESTÃO 34
RECURSO PROCEDENTE
QUESTÃO NULA

QUESTÃO 36
RECURSO IMPROCEDENTE
JUSTIFICATIVA

A questão versa sobre “Lei Orgânica do Município de Espigão do Oeste”, tema previsto no Conteúdo Programático, dos cargos de Nível Superior, do Edital de Abertura do Concurso Público.

Vide art. 8º, da Lei Orgânica do Município de Espigão do Oeste, onde consta *ipsis litteris*:

Art. 8º – A soberania popular se manifesta quando todos são considerados iguais perante a lei e a todos sejam asseguradas condições dignas de existência, e será exercida:

I – Pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto com valor igual para todos;

II – Pelo plebiscito;

III – pelo referendo;

IV – Pelo veto;

V – Pela participação popular nas decisões do Município e no aperfeiçoamento democrático de suas instituições;

VI – Pela iniciativa popular no processo legislativo (e NÃO, executivo); e

VII – Pela ação fiscalizadora sobre a administração pública.

Portanto, a alternativa correta é a divulgada no Gabarito Parcial.

QUESTÃO 39
RECURSO IMPROCEDENTE
JUTIFICATIVA

A questão versa sobre “Estatuto dos Servidores Públicos Municipais”, tema previsto no Conteúdo Programático, dos cargos de Nível Superior, do Edital de Abertura do Concurso Público.

Vide art. 15, da Lei Municipal nº 1.946/2016 (Dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos de Espigão do Oeste/RO), onde consta *ipsis litteris*:

Art. 15. São requisitos para a investidura em cargo público:

I – Nacionalidade (e NÃO, naturalidade) brasileira;

II – Gozo dos direitos políticos;

III – Quitação com as obrigações militares e eleitorais;

IV – Nível de escolaridade exigido para o cargo;

V – Idade de 18 anos;

VI – Aptidão física e mental comprovada em perícia médica;

VII – Aprovação e classificação em concurso público, salvo quando a Lei assim não o exija.

Em tempo: Nacionalidade, Naturalidade e Naturalizado, apesar das palavras serem parecidas, possuem significados totalmente distintos.

Portanto, a alternativa correta é a divulgada no Gabarito Parcial.

CARGO: PSICÓLOGO

RECORRENTE: 109297 e Outros

QUESTÃO 11

RECURSO PROCEDENTE

QUESTÃO NULA

QUESTÃO 17

RECURSO IMPROCEDENTE

JUSTIFICATIVA

Resolução: Quantidade de números primos entre 1 a 250 = 53.

Logo a probabilidade será $P = 1 - \frac{53}{250} = \frac{197}{250} = 0,788$

Portanto, a alternativa correta é a divulgada no Gabarito Parcial.

QUESTÃO 24

RECURSO IMPROCEDENTE

JUSTIFICATIVA

Consta no Código de Ética Profissional, no art. VII, dos princípios fundamentais que “O psicólogo considerará as relações de poder nos contextos em que atua e os impactos dessas relações sobre as suas atividades profissionais, posicionando-se de forma crítica e em consonância com os demais princípios deste Código”. Ainda que o enunciado da questão não tenha trazido o trecho completo, isso não impossibilita uma leitura compreensiva tampouco induz a considerar que a questão esteja propondo que o psicólogo, ao considerar as relações de poder, atuaria com discriminação e com falta ética. Isso impossibilita que a resposta correta seja a alternativa “A”.

“Considerará as relações de poder nos contextos em que atua e os impactos dessas relações sobre as suas atividades profissionais” significa que o profissional esteja ciente que estas existem e produzem efeitos na sociedade e nos mais diversos contextos de atuação, portanto, deve trabalhar para minimizar ou eliminar os efeitos das relações de poder, produzir saúde e qualidade de vida a partir das diferentes realidades.

Portanto, a alternativa correta é a divulgada no Gabarito Parcial.

QUESTÃO 32

RECURSO IMPROCEDENTE

JUSTIFICATIVA

A alternativa solicitada como correta pelo recorrente já é a divulgada o Gabarito Parcial.

QUESTÃO 35

RECURSO IMPROCEDENTE

JUSTIFICATIVA

A alternativa solicitada como correta pelo recorrente já é a divulgada o Gabarito Parcial.

CARGO: ARQUITETO E URBANISTA

RECORRENTE: 103756 e Outros

QUESTÃO 11

RECURSO PROCEDENTE

QUESTÃO NULA

QUESTÃO 13

RECURSO IMPROCEDENTE

JUSTIFICATIVA

Resolução: Pela construção da tabela verdade observa-se que a única equivalente(igual) é a que consta na alternativa B.

P	Q	R	$\sim P$	$P \wedge Q$	$(P \wedge Q) \vee R$	$(P \wedge Q) \vee R \leftrightarrow \sim P$	$[(p \wedge q) \vee r \rightarrow (\sim p)]$	$[(\sim p) \rightarrow (p \wedge q) \vee r]$	$[(p \wedge q) \vee r \rightarrow (\sim p)] \wedge [(\sim p) \rightarrow (p \wedge q) \vee r]$
V	V	V	F	V	V	F	F	V	F
V	V	F	F	V	V	F	F	V	F
V	F	V	F	F	V	F	F	V	F
V	F	F	F	F	F	V	V	V	V
F	V	V	V	F	V	V	V	V	V
F	V	F	V	F	F	F	V	F	F
F	F	V	V	F	V	V	V	V	V
F	F	F	V	F	F	F	V	F	F

Portanto, a alternativa correta é a divulgada no Gabarito Parcial.

QUESTÃO 15

RECURSO IMPROCEDENTE

JUSTIFICATIVA

Resolução: O conteúdo cobrado nesta questão está presente no edital no item: **5.2 - Tabelas Verdade. Número de linhas de uma tabela-verdade com n proposições.**

A proposição composta: $(p \vee q) \rightarrow (r \vee \sim q) \leftrightarrow (\sim r)$ é formada por três proposições simples a saber: P, Q e R. As negativas $\sim Q$ e $\sim R$ são derivadas das proposições já mencionadas.

Logo pela fórmula 2^n , em que **n** é a quantidade de proposições simples que formam a proposição composta a quantidade de linhas da tabela verdade é:

$$2^3 = 8 \text{ linhas.}$$

Portanto, a alternativa correta é a divulgada no Gabarito Parcial.

QUESTÃO 19
RECURSO IMPROCEDENTE
JUSTIFICATIVA

Resolução: O conteúdo abordado está presente no seguinte item do edital: 5.3 - Proposições Simples. Negação de uma Proposição Simples e **Composta**.

Ao construir a tabela verdade da proposição $(S \vee Q) \rightarrow ((Q \wedge S) \rightarrow S)$, temos que:

S	Q	$S \vee Q$	$Q \wedge S$	$(Q \wedge S) \rightarrow S$	$(S \vee Q) \rightarrow ((Q \wedge S) \rightarrow S)$
V	V	V	V	V	V
V	F	V	F	V	V
F	V	V	F	V	V
F	F	F	F	V	V

Como todos os valores lógicos da proposição composta é verdadeiro, se trata de uma tautologia.

Portanto, a alternativa correta é a divulgada no Gabarito Parcial.

QUESTÃO 20
RECURSO PROCEDENTE
QUESTÃO NULA

QUESTÃO 23
RECURSO IMPROCEDENTE
JUSTIFICATIVA

A elaboração da questão baseia-se na disciplina de parcelamento do solo urbano, regida pela Lei nº 6.766/1979, contido no arcabouço do tema de legislação urbanística previsto pelo Edital do certame. Tem-se no artigo 3º da Lei nº 6.766/1979:

Art. 3º Somente será admitido o parcelamento do solo para fins urbanos em zonas urbanas, de expansão urbana ou de urbanização específica, assim definidas pelo plano diretor ou aprovadas por lei municipal.

Parágrafo único - Não será permitido o parcelamento do solo:

I - em terrenos alagadiços e sujeitos a inundações, antes de tomadas as providências para assegurar o escoamento das águas;

II - em terrenos que tenham sido aterrados com material nocivo à saúde pública, sem que sejam previamente saneados;

III - em terrenos com declividade igual ou superior a 30% (trinta por cento), salvo se atendidas exigências específicas das autoridades competentes;

IV - em terrenos onde as condições geológicas não aconselham a edificação;

V - em áreas de preservação ecológica ou naquelas onde a poluição impeça condições sanitárias suportáveis, até a sua correção.

A partir da redação da norma federal, considerado o artigo 3º, III, é permitido o parcelamento do solo urbano em terrenos com declividade igual ou superior a 30%, se atendidas exigências específicas das autoridades competentes. A alternativa D afirma que “*Não é permitido o parcelamento do solo para fins urbanos em terrenos com declividade igual ou superior a 30% (trinta por cento), sob qualquer hipótese*”, portanto, afirmativa incorreta e gabarito da questão. Em contraponto, a alternativa C, apontada em recurso como também incorreta, afirma que “*Não é permitido o parcelamento do solo para fins urbanos, sem que haja a adoção das devidas medidas mitigadoras: em áreas de preservação ecológica ou naquelas onde a poluição impeça condições sanitárias suportáveis*”. Considerando a redação da Lei de Parcelamento, a partir do inciso V, é admissível o procedimento de parcelamento, caso sejam implementadas medidas de correção para o procedimento.

Ainda que possuam repercussões sobre o parcelamento do solo, as normas mencionadas em recurso não são específicas para a disciplina do parcelamento do solo urbano em si, ainda que suas disposições, assim como qualquer norma de igual hierarquia, devam ser consideradas no procedimento.

Conforme também pontuado em recurso, são diversas as nomenclaturas aplicáveis ou equivalentes às “áreas de preservação ecológica”, cabendo, em muitas delas, a adoção de medidas mitigadoras para a aprovação do projeto de parcelamento. Fato que torna a alternativa D terminantemente incorreta, comparada às demais alternativas.

Apesar da coerente argumentação pautada na Política Nacional de Meio Ambiente e no Capítulo do Meio Ambiente da Constituição Federal, é imprescindível destacar, novamente, que se tratam de normas especificamente ambientais, enquanto a análise das respostas deve orientar-se pelo disposto nas normas que regulamentam restrições ao parcelamento do solo urbano. Assim, o arcabouço normativo considerado para a construção do recurso foge do escopo proposto para a questão.

Portanto, a alternativa correta é a divulgada no Gabarito Parcial.

QUESTÃO 30

RECURSO IMPROCEDENTE

JUSTIFICATIVA

A elaboração da questão baseia-se na previsão de serviços técnicos especializados de natureza intelectual, regulamentados em âmbito federal, a exemplo da Lei de Licitações e Contratos Administrativos para a Administração Pública, instituída pela Lei nº 14.133/2021, contido no arcabouço do tema de Princípios de planejamento e de elaboração de orçamento público, previsto pelo Edital do certame. Tem-se no artigo 6º da Lei nº 14.133/2021:

Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:

[...]

XVIII - serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual: aqueles realizados em trabalhos relativos a:

a) estudos técnicos, planejamentos, projetos básicos e projetos executivos;

[...]

XX - estudo técnico preliminar: documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação que caracteriza o interesse público envolvido

e a sua melhor solução e dá base ao anteprojeto, ao termo de referência ou ao projeto básico a serem elaborados caso se conclua pela viabilidade da contratação;

[...]

XXIV - anteprojeto: peça técnica com todos os subsídios necessários à elaboração do projeto básico, que deve conter, no mínimo, os seguintes elementos:

[...]

XXV - projeto básico: conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado para definir e dimensionar a obra ou o serviço, ou o complexo de obras ou de serviços objeto da licitação, elaborado com base nas indicações dos estudos técnicos preliminares, que assegure a viabilidade técnica e o adequado tratamento do impacto ambiental do empreendimento e que possibilite a avaliação do custo da obra e a definição dos métodos e do prazo de execução, devendo conter os seguintes elementos:

[...]

XXVI - projeto executivo: conjunto de elementos necessários e suficientes à execução completa da obra, com o detalhamento das soluções previstas no projeto básico, a identificação de serviços, de materiais e de equipamentos a serem incorporados à obra, bem como suas especificações técnicas, de acordo com as normas técnicas pertinentes;

[...].

A partir da redação da norma federal, considerado o artigo 6º, XXIV e XXV, que tratam do conteúdo e objetivos do anteprojeto e do projeto básico, respectivamente, tem-se que o projeto básico caracteriza o “conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado para definir e dimensionar a obra ou o serviço, ou o complexo de obras ou de serviços objeto da licitação, elaborado com base nas indicações dos estudos técnicos preliminares, que assegure a viabilidade técnica e o adequado tratamento do impacto ambiental do empreendimento e que possibilite a avaliação do custo da obra e a definição dos métodos e do prazo de execução, devendo conter os seguintes elementos”. Na questão em comento, a alternativa B afirma que o anteprojeto é o produto suficiente para garantir a análise da viabilidade técnica e da previsão do impacto ambiental do empreendimento. Entretanto, isto cabe ao projeto básico, portanto, afirmativa incorreta e gabarito da questão.

Apesar da coerente argumentação apresentada em recurso, vê-se, primeiro, o equívoco de apresentar a Norma Técnica enquanto “legislação vigente”, ao passo que o instrumento não se caracteriza uma lei, de fato. Por mais que sejam instrumentos de reconhecida importância na orientação à elaboração de projetos, as Normas Técnicas não se sobressaem ao disposto na legislação, que podem e, como se observa no presente caso, apresentam termos desatualizados em relação às NBR. Além disso, as NBR não são os únicos dispositivos competentes para o regramento do processo de elaboração de projeto, seus procedimentos, objetivos e produtos, especialmente quando se tratando do exercício profissional na Administração Pública.

O emprego de termo considerado, na opinião expressa em recurso, desatualizado, não se configura aspecto técnico suficiente para a anulação de questão do certame. Importante destacar que a questão se refere a “Produtos” elaborados no processo de concepção de projetos, ao passo que o candidato apresentou etapas constituintes do processo de elaboração

de projeto, apontadas pelas NBR, o que são aspectos distintos, considerando que produtos constituem o resultado do trabalho elaborado numa referida etapa.

Portanto, a alternativa correta é a divulgada no Gabarito Parcial.

QUESTÃO 31

RECURSO IMPROCEDENTE

JUSTIFICATIVA

A elaboração da questão baseia-se na previsão de serviços técnicos especializados de natureza intelectual, regulamentados em âmbito federal, a exemplo da Lei de Licitações e Contratos Administrativos para a Administração Pública, instituída pela Lei nº 14.133/2021, contido no arcabouço do tema de Princípios de planejamento e de elaboração de orçamento público, previsto pelo Edital do certame. Tem-se no artigo 6º da Lei nº 14.133/2021:

Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:

[...]

XVIII - serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual: aqueles realizados em trabalhos relativos a:

a) estudos técnicos, planejamentos, projetos básicos e projetos executivos;

[...]

XX - estudo técnico preliminar: documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação que caracteriza o interesse público envolvido e a sua melhor solução e dá base ao anteprojeto, ao termo de referência ou ao projeto básico a serem elaborados caso se conclua pela viabilidade da contratação;

[...]

XXIV - anteprojeto: peça técnica com todos os subsídios necessários à elaboração do projeto básico, que deve conter, no mínimo, os seguintes elementos:

[...]

XXV - projeto básico: conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado para definir e dimensionar a obra ou o serviço, ou o complexo de obras ou de serviços objeto da licitação, elaborado com base nas indicações dos estudos técnicos preliminares, que assegure a viabilidade técnica e o adequado tratamento do impacto ambiental do empreendimento e que possibilite a avaliação do custo da obra e a definição dos métodos e do prazo de execução, devendo conter os seguintes elementos:

[...]

f) orçamento detalhado do custo global da obra, fundamentado em quantitativos de serviços e fornecimentos propriamente avaliados, obrigatório exclusivamente para os regimes de execução previstos nos incisos I, II, III, IV e VII do caput do art. 46 desta Lei;

[...]

XXVI - projeto executivo: conjunto de elementos necessários e suficientes à execução completa da obra, com o detalhamento das soluções previstas no projeto básico, a identificação de serviços, de materiais e de equipamentos a

serem incorporados à obra, bem como suas especificações técnicas, de acordo com as normas técnicas pertinentes;
[...].

A partir da redação da norma federal, considerado o artigo 6º, XXIV, f, que trata do conteúdo do projeto básico, tem-se que o projeto básico é composto, dentre outros elementos, pelo orçamento detalhado do custo global da obra. A questão questiona quanto “*aos elementos integrantes do projeto de edificações, assinale a alternativa cujo item citado é apresentado somente na etapa de projeto básico, após a fase de anteprojeto*”, apresentando na alternativa B o elemento “*Composição do orçamento detalhado referente ao custo global da obra, embasado a partir dos quantitativos de serviços, materiais e equipamentos a serem incorporados à obra*”, citado no artigo 6º, XXIV, f, e assim, portanto, afirmativa correta e gabarito da questão.

Na argumentação apresentada em recurso, vê-se, primeiro, o equívoco de apresentar a Norma Técnica enquanto “legislação vigente”, ao passo que o instrumento não se caracteriza uma lei, de fato. Por mais que sejam instrumentos de reconhecida importância na orientação à elaboração de projetos, as Normas Técnicas não se sobressaem ao disposto em legislação, que podem vir a, e como se observa no presente caso, apresentam termos desatualizados em relação às NBR. Além disso, as NBR não são os únicos dispositivos competentes para o regimento do processo de elaboração de projeto, seus procedimentos, objetivos e produtos, especialmente quando se tratando do exercício profissional na Administração Pública.

O emprego de termo considerado, na opinião expressa em recurso, desatualizado, por si somente, não se configura aspecto técnico suficiente para a anulação de questão do certame. Importante destacar que a questão se refere a “Produtos” elaborados no processo de concepção de projetos, ao passo que o recurso apresentou etapas constituintes do processo de elaboração de projeto, apontadas pelas NBR, o que são aspectos distintos, considerando que produtos constituem o resultado do trabalho elaborado numa referida etapa.

Ainda, como também apresentado em recurso, baseia-se este no que seriam as “práticas comuns de engenharia e arquitetura” e “comportamentos típicos” da prática profissional, o que não se caracterizam aspectos técnicos, não possuem fundamentação em norma e, portanto, também não se configuram aspectos suficientes para a anulação de questão do certame.

Portanto, a alternativa correta é a divulgada no Gabarito Parcial.

CONTROLADOR INTERNO

RECORRENTE: 104758 e Outros

QUESTÃO 20

RECURSO PROCEDENTE

QUESTÃO NULA

QUESTÃO 26

RECURSO IMPROCEDENTE

JUSTIFICATIVA

Para decidir qual ação é a mais apropriada diante do cenário apresentado, é importante analisar cada opção individualmente:

A) Aumentar a frequência das auditorias nesse departamento.

Justificativa: Aumentar a frequência das auditorias pode melhorar o monitoramento e a detecção precoce de irregularidades. Esta é uma medida de controle que pode ser eficaz a curto prazo, mas também pode ser vista como um encargo adicional para o departamento, possivelmente criando um ambiente de desconfiança.

B) Implementar um sistema de aprovação eletrônica para todas as despesas.

Justificativa: A implementação de um sistema de aprovação eletrônica pode aumentar a transparência e o controle sobre as despesas, reduzindo a probabilidade de gastos não autorizados. Esta é uma solução tecnológica que pode aprimorar a eficiência e a fiscalização do processo de despesas, mas requer investimento e treinamento.

C) Iniciar um procedimento disciplinar contra os funcionários envolvidos.

Justificativa: Essa ação seria adequada se houvesse evidências claras de má conduta ou violação de regras por parte de funcionários específicos. No entanto, se o problema estiver no processo ou no sistema de controle, punir funcionários pode não resolver a questão fundamental. Essa ação é reativa e punitiva, mas pode não prevenir futuras ocorrências se as causas sistêmicas não forem abordadas.

D) Propor uma revisão do processo orçamentário do departamento.

Justificativa: Esta opção foca na possibilidade de haver falhas ou lacunas no processo orçamentário atual que permitiram as despesas não autorizadas. Revisar e aprimorar o processo pode ajudar a prevenir problemas semelhantes no futuro. Esta é uma abordagem mais proativa e voltada para a melhoria do sistema.

Dada a situação, como a questão aborda superficialmente a existência de um padrão de despesas não autorizadas em um de seus departamentos, não especificando sua origem, que podem ocorrer por várias questões, a opção mais apropriada parece ser a “D) Propor uma revisão do processo orçamentário do departamento”.

Esta ação tem o potencial de abordar a raiz do problema, melhorando o sistema para prevenir futuras ocorrências de despesas não autorizadas. Ela é proativa e foca em correções estruturais, o que pode ser mais eficaz a longo prazo do que medidas punitivas ou de controle mais intensivo.

A revisão dos processos e a busca por soluções que abordem as causas fundamentais das irregularidades são essenciais para promover uma gestão eficiente e transparente das finanças públicas.

Nesse contexto, a Alternativa D, que propõe uma revisão do processo orçamentário do departamento, é reconhecida como a mais adequada para tratar a questão de despesas não autorizadas identificadas pela auditoria interna.

Esta alternativa alinha-se aos princípios de legalidade, eficiência e moralidade, promovendo uma abordagem proativa na prevenção de futuras ocorrências semelhantes. Ela visa melhorar os sistemas e processos, garantindo que a administração pública atue dentro dos parâmetros legais e regulatórios estabelecidos, ao mesmo tempo em que fortalece os controles internos.

Portanto, a alternativa correta é a divulgada no Gabarito Parcial.

QUESTÃO 39

RECURSO IMPROCEDENTE

JUTIFICATIVA

A questão versa sobre “Estatuto dos Servidores Públicos Municipais”, tema previsto no Conteúdo Programático, dos cargos de Nível Superior, do Edital de Abertura do Concurso Público.

Vide art. 15, da Lei Municipal nº 1.946/2016 (Dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos de Espigão do Oeste/RO), onde consta *ipsis litteris*:

Art. 15. São requisitos para a investidura em cargo público:

I – Nacionalidade (e NÃO, naturalidade) brasileira;

II – Gozo dos direitos políticos;

III – Quitação com as obrigações militares e eleitorais;

IV – Nível de escolaridade exigido para o cargo;

V – Idade de 18 anos;

VI – Aptidão física e mental comprovada em perícia médica;

VII – Aprovação e classificação em concurso público, salvo quando a Lei assim não o exija.

Em tempo: Nacionalidade, Naturalidade e Naturalizado, apesar das palavras serem parecidas, possuem significados totalmente distintos.

Portanto, a alternativa correta é a divulgada no Gabarito Parcial.

AUDITOR FISCAL DE TRIBUTOS MUNICIPAIS

RECORRENTE: 104407 e Outros

QUESTÃO 31

RECURSO IMPROCEDENTE

JUTIFICATIVA

Após análise do recurso apresentado contra a alternativa considerada correta para a questão 31, referente à capacidade tributária, cumpre-nos esclarecer os seguintes pontos fundamentais para a manutenção da resposta indicada.

Inicialmente, é imprescindível diferenciar os conceitos de "competência tributária" e "capacidade tributária", os quais são frequentemente objeto de confusão em interpretações menos atentas ao Direito Tributário. A competência tributária, conforme bem apontado no recurso, é de fato a atribuição constitucional conferida a determinados entes federativos para instituir tributos, conforme delineado pelo artigo 7º do Código Tributário Nacional (CTN) e pelas disposições constitucionais pertinentes. Esta competência é caracterizada pela sua natureza indelegável, ressalvadas as exceções expressamente previstas em lei.

Por outro lado, a capacidade tributária envolve a habilidade de um ente, a quem foi delegada a competência tributária, de arrecadar e fiscalizar tributos, além de executar leis, serviços, atos ou decisões administrativas na matéria tributária. Essa capacidade pode ser conferida a diferentes entidades ou órgãos dentro da estrutura do Estado, permitindo-lhes o exercício das funções administrativas relacionadas à gestão tributária.

O recurso apresentado argumenta que a alternativa "A" ("Abarca a habilidade de instituir e arrecadar tributos") confunde capacidade tributária com competência tributária. Contudo, é importante destacar que, embora a expressão "instituir tributos" esteja tecnicamente mais alinhada ao conceito de competência tributária, a alternativa proposta na questão pode ter levado a uma interpretação ampliada do termo "capacidade tributária" para incluir, de forma implícita, a ideia de que, uma vez instituído o tributo pelo ente competente, a capacidade tributária abrange as funções administrativas de arrecadação e fiscalização desse tributo.

Reconhecemos que a formulação da alternativa "A" poderia ser mais precisa ao distinguir os conceitos de competência e capacidade tributária. No entanto, considerando o contexto geral do exame e o objetivo de avaliar o conhecimento dos candidatos sobre a matéria de forma abrangente, entendemos que a essência da alternativa escolhida como correta busca englobar o espectro de atividades administrativas permitidas no âmbito da capacidade tributária, ainda que a terminologia utilizada não reflita com exatidão a nomenclatura técnico-jurídica.

Além da análise já apresentada, é crucial examinar as demais alternativas oferecidas na questão para fundamentar ainda mais a escolha da alternativa "A" como a correta. A alternativa "B" sugere que a capacidade tributária é conferida somente à União e aos Estados, o que não é preciso, pois o Município e o Distrito Federal também possuem capacidade tributária, conforme estabelecido na Constituição Federal. A alternativa "C" afirma que a capacidade tributária é restrita aos entes federativos, ignorando que a capacidade tributária, no sentido de arrecadar e fiscalizar tributos, pode ser delegada a outras entidades, conforme previsto no artigo 7º do CTN. Por fim, a alternativa "D" limita a capacidade tributária à capacidade de pagamento do contribuinte, uma interpretação que confunde capacidade tributária com capacidade contributiva, esta última um princípio que orienta a forma como os tributos são distribuídos entre os contribuintes, de acordo com suas possibilidades econômicas. Portanto, as alternativas "B", "C" e "D" apresentam entendimentos equivocados ou restritivos demais sobre a capacidade tributária, não abordando corretamente o conceito em sua amplitude, o que

reforça a seleção da alternativa "A" como a mais adequada, apesar das considerações terminológicas previamente discutidas.

Portanto, mesmo reconhecendo a validade dos argumentos apresentados no recurso no que tange à precisão terminológica, entendemos que a anulação da questão não se justifica, visto que a alternativa indicada como correta não extrapola os limites interpretativos razoáveis do conceito de capacidade tributária, considerando a natureza e o escopo do exame aplicado.

Portanto, a alternativa correta é a divulgada no Gabarito Parcial.

CARGO: CONTADOR

RECORRENTE: 101596 e Outros

QUESTÃO 11

RECURSO PROCEDENTE

QUESTÃO NULA

QUESTÃO 13

RECURSO IMPROCEDENTE

JUSTIFICATIVA

Resolução: Pela construção da tabela verdade observa-se que a única equivalente(igual) é a que consta na alternativa B.

P	Q	R	$\sim P$	$P \wedge Q$	$(P \wedge Q) \vee R$	$(P \wedge Q) \vee R \leftrightarrow \sim P$	$[(p \wedge q) \vee r \rightarrow (\sim p)]$	$[(\sim p) \rightarrow (p \wedge q) \vee r]$	$[(p \wedge q) \vee r \rightarrow (\sim p)] \wedge [(\sim p) \rightarrow (p \wedge q) \vee r]$
V	V	V	F	V	V	F	F	V	F
V	V	F	F	V	V	F	F	V	F
V	F	V	F	F	V	F	F	V	F
V	F	F	F	F	F	V	V	V	V
F	V	V	V	F	V	V	V	V	V
F	V	F	V	F	F	F	V	F	F
F	F	V	V	F	V	V	V	V	V
F	F	F	V	F	F	F	V	F	F

Portanto, a alternativa correta é a divulgada no Gabarito Parcial.

QUESTÃO 17

RECURSO IMPROCEDENTE

JUSTIFICATIVA

Resolução: Quantidade de números primos entre 1 a 250 = 53.

Logo a probabilidade será $P = 1 - \frac{53}{250} = \frac{197}{250} = 0,788$

Portanto, a alternativa correta é a divulgada no Gabarito Parcial.

QUESTÃO 20

RECURSO PROCEDENTE

QUESTÃO NULA

QUESTÃO 23
RECURSO PROCEDENTE
GABARITO RETIFICADO
ALTERNATIVA CORRETA “B”

A opção correta é a opção “B” (Indexação de receitas), conforme corretamente argumentado em seu recurso.

Esta resposta é identificada como correta porque a Lei n.º 4.320/1964, que estabelece normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços, não aborda o princípio da indexação de receitas. Este princípio não é mencionado ou implicado como um dos princípios de gestão orçamentária ou financeira na referida lei.

O recurso apresentado argumenta que a opção c) Não afetação da receita não deveria ser considerada correta, pois este princípio é de fato um princípio constitucional, como estabelecido no artigo 167, inciso IV, da Constituição Federal, que proíbe a vinculação de receitas de impostos a órgãos, fundos ou despesas, com algumas exceções. Embora a Lei n.º 4.320/1964 não trate explicitamente do princípio da não afetação da receita, ela opera dentro do quadro constitucional que inclui esse princípio, e suas normas devem ser interpretadas em consonância com a Constituição.

No entanto, a crítica do recurso ignora que a Lei n.º 4.320/1964, ao estabelecer normas gerais de direito financeiro, implicitamente adere aos princípios constitucionais, incluindo a não afetação das receitas, na medida em que delinea as regras para a gestão fiscal responsável e transparente, em linha com os princípios constitucionais. Portanto, a não afetação da receita, embora fundamentada na Constituição, é um princípio que se alinha à gestão fiscal responsável que a Lei n.º 4.320/1964 visa promover.

Concluindo, a opção b) Indexação de receitas é a que não está correta em relação aos princípios estabelecidos pela Lei n.º 4.320/1964. A argumentação apresentada no recurso, embora válida em apontar a origem constitucional do princípio da não afetação da receita, não invalida a inclusão deste princípio como um dos orientadores da lei em questão, dado o contexto mais amplo da legislação fiscal e financeira brasileira.

Reconhecemos que a formulação da questão e a divulgação inicial do gabarito podem ter levado a interpretações divergentes. Agradecemos a sua diligência em questionar o gabarito inicialmente divulgado e pedimos desculpas por qualquer confusão ou inconveniente que isso possa ter causado.

Esperamos que esta correção e esclarecimento sejam satisfatórios e reiteramos nosso compromisso com a precisão e justiça no processo de avaliação.

QUESTÃO 36
RECURSO IMPROCEDENTE
JUSTIFICATIVA

A questão versa sobre “Lei Orgânica do Município de Espigão do Oeste”, tema previsto no Conteúdo Programático, dos cargos de Nível Superior, do Edital de Abertura do Concurso Público.

Vide art. 8º, da Lei Orgânica do Município de Espigão do Oeste, onde consta *ipsis litteris*:
Art. 8º – A soberania popular se manifesta quando todos são considerados iguais perante a lei e a todos sejam asseguradas condições dignas de existência, e será exercida:

- I – Pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto com valor igual para todos;**
- II – Pelo plebiscito;**
- III – pelo referendo;**
- IV – Pelo veto;**
- V – Pela participação popular nas decisões do Município e no aperfeiçoamento democrático de suas instituições;**
- VI – Pela iniciativa popular no processo legislativo (e NÃO, executivo); e**
- VII – Pela ação fiscalizadora sobre a administração pública.**

Portanto, a alternativa correta é a divulgada no Gabarito Parcial.

QUESTÃO 39
RECURSO IMPROCEDENTE
JUTIFICATIVA

A questão versa sobre “Estatuto dos Servidores Públicos Municipais”, tema previsto no Conteúdo Programático, dos cargos de Nível Superior, do Edital de Abertura do Concurso Público.

Vide art. 15, da Lei Municipal nº 1.946/2016 (Dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos de Espigão do Oeste/RO), onde consta *ipsis litteris*:

Art. 15. São requisitos para a investidura em cargo público:

- I – Nacionalidade (e NÃO, naturalidade) brasileira;**
- II – Gozo dos direitos políticos;**
- III – Quitação com as obrigações militares e eleitorais;**
- IV – Nível de escolaridade exigido para o cargo;**
- V – Idade de 18 anos;**
- VI – Aptidão física e mental comprovada em perícia médica;**
- VII – Aprovação e classificação em concurso público, salvo quando a Lei assim não o exija.**

Em tempo: Nacionalidade, Naturalidade e Naturalizado, apesar das palavras serem parecidas, possuem significados totalmente distintos.

Portanto, a alternativa correta é a divulgada no Gabarito Parcial.

CARGO: FISIOTERAPEUTA

RECORRENTE: 102692 e Outros

QUESTÃO 11

RECURSO PROCEDENTE

QUESTÃO NULA

QUESTÃO 13
RECURSO IMPROCEDENTE
JUSTIFICATIVA

Resolução: Pela construção da tabela verdade observa-se que a única equivalente(igual) é a que consta na alternativa B.

P	Q	R	$\sim P$	$P \wedge Q$	$(P \wedge Q) \vee R$	$(P \wedge Q) \vee R \leftrightarrow \sim P$	$[(p \wedge q) \vee r \rightarrow (\sim p)]$	$[(\sim p) \rightarrow (p \wedge q) \vee r]$	$[(p \wedge q) \vee r \rightarrow (\sim p)] \wedge [(\sim p) \rightarrow (p \wedge q) \vee r]$
V	V	V	F	V	V	F	F	V	F
V	V	F	F	V	V	F	F	V	F
V	F	V	F	F	V	F	F	V	F
V	F	F	F	F	F	V	V	V	V
F	V	V	V	F	V	V	V	V	V
F	V	F	V	F	F	F	V	F	F
F	F	V	V	F	V	V	V	V	V
F	F	F	V	F	F	F	V	F	F

Portanto, a alternativa correta é a divulgada no Gabarito Parcial.

QUESTÃO 17
RECURSO IMPROCEDENTE
JUSTIFICATIVA

Resolução: Quantidade de números primos entre 1 a 250 = 53.

Logo a probabilidade será $P = 1 - \frac{53}{250} = \frac{197}{250} = 0,788$

Portanto, a alternativa correta é a divulgada no Gabarito Parcial.

QUESTÃO 31
RECURSO PROCEDENTE
QUESTÃO NULA

QUESTÃO 39
RECURSO IMPROCEDENTE
JUTIFICATIVA

A questão versa sobre “Estatuto dos Servidores Públicos Municipais”, tema previsto no Conteúdo Programático, dos cargos de Nível Superior, do Edital de Abertura do Concurso Público.

Vide art. 15, da Lei Municipal nº 1.946/2016 (Dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos de Espigão do Oeste/RO), onde consta *ipsis litteris*:

Art. 15. São requisitos para a investidura em cargo público:

- I – Nacionalidade (**e NÃO, naturalidade**) brasileira;
- II – **Gozo dos direitos políticos;**
- III – **Quitação com as obrigações militares e eleitorais;**
- IV – **Nível de escolaridade exigido para o cargo;**
- V – **Idade de 18 anos;**
- VI – **Aptidão física e mental comprovada em perícia médica;**
- VII – **Aprovação e classificação em concurso público, salvo quando a Lei assim não o exija.**

Em tempo: Nacionalidade, Naturalidade e Naturalizado, apesar das palavras serem parecidas, possuem significados totalmente distintos.

Portanto, a alternativa correta é a divulgada no Gabarito Parcial.

CARGO: ENGENHEIRO AMBIENTAL

RECORRENTE: 102773 e Outros

QUESTÃO 11

RECURSO PROCEDENTE

QUESTÃO NULA

QUESTÃO 12

RECURSO IMPROCEDENTE

JUSTIFICATIVA

Resolução: A placa será formada por sete algarismos (três letras e quatro números). As letras serão as 10 primeiras letras do alfabeto, então cada letra que compõe a placa teremos 10 opções. Já para os 4 numerais que compõe a placa dois serão ímpares então 5 opções para cada e dois deles serão pares então 5 opções em cada. Agora basta multiplicar todas as possibilidades para formação das placas: $10 \times 10 \times 10 \times 5 \times 5 \times 5 \times 5 = 625000$.

Portanto, a alternativa correta é a divulgada no Gabarito Parcial.

QUESTÃO 13
RECURSO IMPROCEDENTE
JUSTIFICATIVA

Resolução: Pela construção da tabela verdade observa-se que a única equivalente(igual) é a que consta na alternativa B.

P	Q	R	$\sim P$	$P \wedge Q$	$(P \wedge Q) \vee R$	$(P \wedge Q) \vee R \leftrightarrow \sim P$	$[(p \wedge q) \vee r \rightarrow (\sim p)]$	$[(\sim p) \rightarrow (p \wedge q) \vee r]$	$[(p \wedge q) \vee r \rightarrow (\sim p)] \wedge [(\sim p) \rightarrow (p \wedge q) \vee r]$
V	V	V	F	V	V	F	F	V	F
V	V	F	F	V	V	F	F	V	F
V	F	V	F	F	V	F	F	V	F
V	F	F	F	F	F	V	V	V	V
F	V	V	V	F	V	V	V	V	V
F	V	F	V	F	F	F	V	F	F
F	F	V	V	F	V	V	V	V	V
F	F	F	V	F	F	F	V	F	F

Portanto, a alternativa correta é a divulgada no Gabarito Parcial.

QUESTÃO 14
RECURSO IMPROCEDENTE
JUSTIFICATIVA

Recurso sem fundamentação conforme exige o edital no item 16.3, alínea c e 16.6, alínea b.

Portanto, a alternativa correta é a divulgada no Gabarito Parcial.

QUESTÃO 15
RECURSO IMPROCEDENTE
JUSTIFICATIVA

Resolução: O conteúdo cobrado nesta questão está presente no edital no item: **5.2 - Tabelas Verdade. Número de linhas de uma tabela-verdade com n proposições.**

A proposição composta: $(p \vee q) \rightarrow (r \vee \sim q) \leftrightarrow (\sim r)$ é formada por três proposições simples a saber: P, Q e R. As negativas $\sim Q$ e $\sim R$ são derivadas das proposições já mencionadas.

Logo pela fórmula 2^n , em que **n** é a quantidade de proposições simples que formam a proposição composta a quantidade de linhas da tabela verdade é:

$$2^3 = 8 \text{ linhas.}$$

Portanto, a alternativa correta é a divulgada no Gabarito Parcial.

QUESTÃO 16
RECURSO IMPROCEDENTE
JUSTIFICATIVA

Recurso sem fundamentação conforme exige o edital no item 16.3, alínea c e 16.6, alínea b.

Portanto, a alternativa correta é a divulgada no Gabarito Parcial.

QUESTÃO 17
RECURSO IMPROCEDENTE
JUSTIFICATIVA

Resolução: Quantidade de números primos entre 1 a 250 = 53.

Logo a probabilidade será $P = 1 - \frac{53}{250} = \frac{197}{250} = 0,788$

Portanto, a alternativa correta é a divulgada no Gabarito Parcial.

QUESTÃO 18
RECURSO IMPROCEDENTE
JUSTIFICATIVA

Resolução: $C_{15,3} \times C_{12,3} = \frac{15!}{3!12!} \times \frac{12!}{3!9!} = 455 \times 220 = 100100$

Portanto, a alternativa correta é a divulgada no Gabarito Parcial.

QUESTÃO 19
RECURSO IMPROCEDENTE
JUSTIFICATIVA

Resolução: O conteúdo abordado está presente no seguinte item do edital: 5.3 - Proposições Simples. Negação de uma Proposição Simples e **Composta**.

Ao construir a tabela verdade da proposição $(S \vee Q) \rightarrow ((Q \wedge S) \rightarrow S)$, temos que:

S	Q	$S \vee Q$	$Q \wedge S$	$(Q \wedge S) \rightarrow S$	$(S \vee Q) \rightarrow ((Q \wedge S) \rightarrow S)$
V	V	V	V	V	V
V	F	V	F	V	V
F	V	V	F	V	V
F	F	F	F	V	V

Como todos os valores lógicos da proposição composta é verdadeiro, se trata de uma tautologia.

Portanto, a alternativa correta é a divulgada no Gabarito Parcial.

QUESTÃO 20
RECURSO PROCEDENTE
QUESTÃO NULA

QUESTÃO 31
RECURSO IMPROCEDENTE
JUSTIFICATIVA

A questão versa sobre “Legislações Ambientais Nacionais”, tema previsto no Conteúdo Programático, do cargo de Engenheiro Agrônomo, do Edital de Abertura do Concurso Público.

Vide art. 3º, da Lei Federal nº 14.026/2020, onde consta *ipsis litteris*:

Art. 3º Para fins do disposto nesta Lei, considera-se:

I – Saneamento básico: conjunto de serviços públicos, infraestruturas e instalações operacionais de:

a) abastecimento de água potável: constituído pelas atividades e pela disponibilização e manutenção de infraestruturas e instalações operacionais necessárias ao abastecimento público de água potável, desde a captação até as ligações prediais e seus instrumentos de medição **(e NÃO, seus reservatórios)**;

b) esgotamento sanitário: constituído pelas atividades e pela disponibilização e manutenção de infraestruturas e instalações operacionais necessárias à coleta, ao transporte, ao tratamento e à disposição final adequados dos esgotos sanitários, desde as ligações prediais até sua destinação final para produção de água de reúso ou seu lançamento de forma adequada no meio ambiente;

c) limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos: constituídos pelas atividades e pela disponibilização e manutenção de infraestruturas e instalações operacionais de coleta, varrição manual e mecanizada, asseio e conservação urbana, transporte, transbordo, tratamento e destinação final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos domiciliares e dos resíduos de limpeza urbana; e

d) drenagem e manejo das águas pluviais urbanas: constituídos pelas atividades, pela infraestrutura e pelas instalações operacionais de drenagem de águas pluviais, transporte, detenção ou retenção para o amortecimento de vazões de cheias, tratamento e disposição final das águas pluviais drenadas, contempladas a limpeza e a fiscalização preventiva das redes;

(...)

Portanto, a alternativa correta é a divulgada no Gabarito Parcial

QUESTÃO 39
RECURSO IMPROCEDENTE
JUTIFICATIVA

A questão versa sobre “Estatuto dos Servidores Públicos Municipais”, tema previsto no Conteúdo Programático, dos cargos de Nível Superior, do Edital de Abertura do Concurso Público.

Vide art. 15, da Lei Municipal nº 1.946/2016 (Dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos de Espigão do Oeste/RO), onde consta *ipsis litteris*:

Art. 15. São requisitos para a investidura em cargo público:

I – Nacionalidade (**e NÃO, naturalidade**) brasileira;

II – Gozo dos direitos políticos;

III – Quitação com as obrigações militares e eleitorais;

IV – Nível de escolaridade exigido para o cargo;

V – Idade de 18 anos;

VI – Aptidão física e mental comprovada em perícia médica;

VII – Aprovação e classificação em concurso público, salvo quando a Lei assim não o exija.

Em tempo: Nacionalidade, Naturalidade e Naturalizado, apesar das palavras serem parecidas, possuem significados totalmente distintos.

Portanto, a alternativa correta é a divulgada no Gabarito Parcial.

CARGO: ENGENHEIRO FLORESTAL

RECORRENTE: 101509 e Outros

QUESTÃO 20

RECURSO PROCEDENTE

QUESTÃO NULA

QUESTÃO 29

RECURSO PROCEDENTE

GABARITO RETIFICADO

ALTERNATIVA CORRETA “C”

A resposta correta é a alternativa “**c) 6 anos**”, pois nesta idade ocorre intersecção aproximada do ICA e IMA.

Segundo Campos e Leite (2006), idade de colheita é aquela em que o incremento médio anual é máximo e nesta idade, este incremento é igual ao incremento corrente anual.

Ressalta-se também que a Idade Técnica de Corte é um dos parâmetros para definir a idade de corte. Contudo, deve ser avaliado o objetivo, preço da madeira e custo da colheita no ano indicado, sendo possível com base nas demais informações econômicas adiantar ou atrasar o corte. No exemplo da referida questão, embora com 6 anos de idade ocorra uma pequena redução no IMA e uma redução mais acentuada no ICA, ainda se tem nesta idade um aumento de volume de 19,57%, além da intersecção do ICA e IMA.

REFERÊNCIA

CAMPOS, J.C.C.; LEITE, H.; G.; **Mensuração Florestal: Perguntas e Respostas**. 2.ed. Viçosa: UFV, 2006. 470p.

CARGO: FARMACÊUTICO/BIOQUÍMICO

RECORRENTE: 105733 e Outros

QUESTÃO 20

RECURSO PROCEDENTE

QUESTÃO NULA

QUESTÃO 24

RECURSO PROCEDENTE

QUESTÃO NULA

QUESTÃO 34

RECURSO IMPROCEDENTE

JUSTIFICATIVA

O livro de Urinálise e Fluídos Corporais de Strasinger (2009) que trata dos tipos de amostras de urina para exames de rotina. Diante disso, estudos sugerem que a amostra ideal e mais utilizada deve ser a primeira amostra da manhã e o jato é o médio, pois é o que melhor demonstra o que contém na bexiga. Em contrapartida o jato primário não é aconselhado, pois mostra o que está na uretra e traz as secreções e células que podem contaminar a amostra.

Referência

STRASINGER, S. K.; LORENZO, D.; SCHAUB, M. Urinálise e Fluidos Biológicos. 5. ed., São Paulo: Livraria Médica Paulista, 2009.

Portanto, a alternativa correta é a divulgada no Gabarito Parcial

QUESTÃO 39

RECURSO IMPROCEDENTE

JUSTIFICATIVA

A questão versa sobre “Estatuto dos Servidores Públicos Municipais”, tema previsto no Conteúdo Programático, dos cargos de Nível Superior, do Edital de Abertura do Concurso Público.

Vide art. 15, da Lei Municipal nº 1.946/2016 (Dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos de Espigão do Oeste/RO), onde consta *ipsis litteris*:

Art. 15. São requisitos para a investidura em cargo público:

I – Nacionalidade (**e NÃO, naturalidade**) brasileira;

II – Gozo dos direitos políticos;

III – Quitação com as obrigações militares e eleitorais;

IV – Nível de escolaridade exigido para o cargo;

V – Idade de 18 anos;

VI – Aptidão física e mental comprovada em perícia médica;

VII – Aprovação e classificação em concurso público, salvo quando a Lei assim não o exija.

Em tempo: Nacionalidade, Naturalidade e Naturalizado, apesar das palavras serem parecidas, possuem significados totalmente distintos.

Portanto, a alternativa correta é a divulgada no Gabarito Parcial.

CARGO: ASSISTENTE SOCIAL

RECORRENTE: 100010 e Outros

QUESTÃO 11

RECURSO PROCEDENTE

QUESTÃO NULA

QUESTÃO 26

RECURSO PROCEDENTE

GABARITO RETIFICADO

ALTERNATIVA CORRETA “B”

Em análise da presente questão, observou-se que a alternativa que responde adequadamente o questionamento apresentado é a alternativa B, pois, sendo o Assistente Social um profissional que se insere em espaços sócio-ocupacionais, vinculados à instituições, não se pode afirmar que a autonomia do mesmo é absoluta. Ao contrário, este profissional vale-se de uma autonomia relativa, considerando que o mesmo direciona seus instrumentos de trabalho conforme as mediações efetivadas, dentro dos limites conjunturais impostos. Nesse sentido, a alternativa D apresenta justamente o arsenal de instrumentos que o Assistente Social operacionaliza para conduzir as demandas de trabalho. Sendo assim, acolhe-se os recursos interpostos, retificando o gabarito da questão para a alternativa B.

CARGO: ENGENHEIRO AGRÔNOMO

RECORRENTE: 100253 e Outros

QUESTÃO 11

RECURSO PROCEDENTE

QUESTÃO NULA

QUESTÃO 25

RECURSO IMPROCEDENTE

JUSTIFICATIVA

A questão versa sobre “Legislação ambiental nas esferas federal, estadual e municipal”, tema previsto no Conteúdo Programático, do cargo de Engenheiro Agrônomo, do Edital de Abertura do Concurso Público.

A Lei Federal nº 9.985/2000, regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências.

Portanto, a alternativa correta é a divulgada no Gabarito Parcial

QUESTÃO 33
RECURSO IMPROCEDENTE
JUSTIFICATIVA

PRINCIPAIS DESAFIOS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA
AGRICULTURA BRASILEIRA

- Impulsionar a pesquisa e a disseminação de tecnologias agrícolas tropicais que garantam o aumento contínuo da produtividade alinhado à conservação ambiental;
- Implementar um processo robusto e efetivo de Governança e Regularização Fundiária para solucionar conflitos históricos em regiões sensíveis como a Amazônia;
- **Avançar na implementação do Código Florestal e de instrumentos para auxiliar a regularização ambiental das propriedades rurais;**
- Impulsionar instrumentos que gerem renda para a atividade de conservação ambiental, através do manejo florestal, do pagamento por serviços ambientais (PSA), entre outros;
- **Estruturar novos instrumentos financeiros que ampliem os recursos para financiamento em modelos sustentáveis de produção, além de buscar um maior alinhamento das políticas públicas existentes;**
- Garantir a inclusão dos pequenos, médios e agricultores familiares (**e NÃO, grandes agricultores familiares**) às cadeias de valor agregado, gerando renda e desenvolvimento econômico;
- Desenvolver cadeias produtivas da bioeconomia como forma de impulsionar uma economia de base renovável, através de produtos da sociobiodiversidade, bioinsumos, energias renováveis, entre outros; e
- **Abrir novos mercados para os produtos agropecuários brasileiros e manter os existentes.**

Referência: BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Diretrizes para o Desenvolvimento Sustentável da Agropecuária Brasileira. Brasília, 2020, p. 6.

Portanto, a alternativa correta é a divulgada no Gabarito Parcial

QUESTÃO 39
RECURSO IMPROCEDENTE
JUSTIFICATIVA

A questão versa sobre “Estatuto dos Servidores Públicos Municipais”, tema previsto no Conteúdo Programático, dos cargos de Nível Superior, do Edital de Abertura do Concurso Público.

Vide art. 15, da Lei Municipal nº 1.946/2016 (Dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos de Espigão do Oeste/RO), onde consta *ipsis litteris*:

Art. 15. São requisitos para a investidura em cargo público:

I – Nacionalidade (**e NÃO, naturalidade**) brasileira;

II – Gozo dos direitos políticos;

III – Quitação com as obrigações militares e eleitorais;

IV – Nível de escolaridade exigido para o cargo;

V – Idade de 18 anos;

VI – Aptidão física e mental comprovada em perícia médica;

VII – Aprovação e classificação em concurso público, salvo quando a Lei assim não o exija.

Em tempo: Nacionalidade, Naturalidade e Naturalizado, apesar das palavras serem parecidas, possuem significados totalmente distintos.

Portanto, a alternativa correta é a divulgada no Gabarito Parcial.

CARGO: MÉDICO CIRURGIÃO GERAL

RECORRENTE: 107609 e Outros

QUESTÃO 23

RECURSO PROCEDENTE

QUESTÃO NULA

QUESTÃO 28

RECURSO PROCEDENTE

QUESTÃO NULA

CARGO: ENFERMEIRO

RECORRENTE: 100293 e Outros

QUESTÃO 05

RECURSO IMPROCEDENTE

JUSTIFICATIVA

Em “Ele notificou os réus de que a sentença se daria em breve” o verbo “notificou” é transitivo direto e indireto, ou seja, quem notifica, notifica alguém de alguma coisa. Na referida frase temos justamente em destaque a oração que funciona como objeto indireto do referido verbo, enfim, trata-se de uma oração subordinada substantiva objetiva indireta. Quanto a alternativa B, a mesma trata-se de uma “completiva nominal” haja visto que convicto não é verbo e sim um nome (adjetivo).

Portanto, a alternativa correta é a divulgada no Gabarito Parcial.

QUESTÃO 20

RECURSO PROCEDENTE

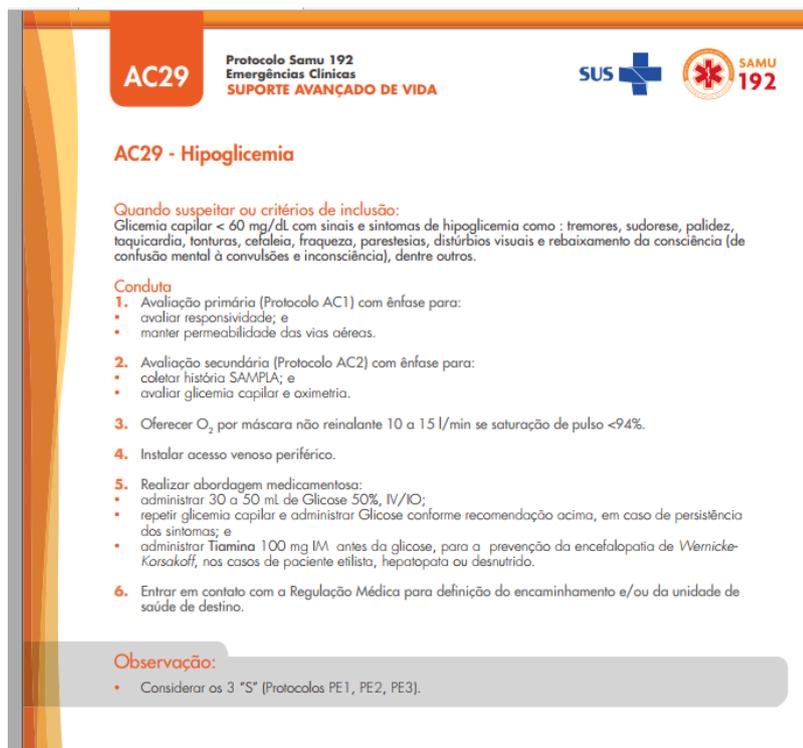
QUESTÃO NULA

QUESTÃO 31

RECURSO IMPROCEDENTE

JUSTIFICATIVA

A questão solicitou que fosse apontada entre as alternativas apresentadas, aquela que não representaria uma conduta que deva ser realizada na avaliação primária de um paciente. As condutas apresentadas nas alternativas “A”, “C” e “D” representam condutas a serem priorizadas na **avaliação primária**, já a conduta apresentada na alternativa “B” (monitorizar oximetria) deve ser realizada em etapa posterior, na **avaliação secundária** do paciente.



AC29 Protocolo Samu 192
Emergências Clínicas
SUPORTE AVANÇADO DE VIDA

SUS SAMU 192

AC29 - Hipoglicemia

Quando suspeitar ou critérios de inclusão:
Glicemia capilar < 60 mg/dL com sinais e sintomas de hipoglicemia como : tremores, sudorese, palidez, taquicardia, tonturas, cefaleia, fraqueza, parestesias, distúrbios visuais e rebaixamento da consciência (de confusão mental à convulsões e inconsciência), dentre outros.

Conduta

1. Avaliação primária (Protocolo AC1) com ênfase para:
 - avaliar responsividade; e
 - manter permeabilidade das vias aéreas.
2. Avaliação secundária (Protocolo AC2) com ênfase para:
 - coletar história SAMPLA; e
 - avaliar glicemia capilar e oximetria.
3. Oferecer O₂ por máscara não reinalante 10 a 15 l/min se saturação de pulso <94%.
4. Instalar acesso venoso periférico.
5. Realizar abordagem medicamentosa:
 - administrar 30 a 50 ml de Glicose 50%, IV/IO;
 - repetir glicemia capilar e administrar Glicose conforme recomendação acima, em caso de persistência dos sintomas; e
 - administrar Tiamina 100 mg IM antes da glicose, para a prevenção da encefalopatia de Wernicke-Korsakoff, nos casos de paciente etilista, hepatopata ou desnutrido.
6. Entrar em contato com a Regulação Médica para definição do encaminhamento e/ou da unidade de saúde de destino.

Observação:

- Considerar os 3 *S* (Protocolos PE1, PE2, PE3).

Referência: Protocolos de Intervenção para o SAMU 192 – Serviço de Atendimento Móvel de Urgência. Brasília: Ministério da Saúde, 2a edição, 2016.

Portanto, a alternativa correta é a divulgada no Gabarito Parcial.

QUESTÃO 39

RECURSO IMPROCEDENTE

JUTIFICATIVA

A questão versa sobre “Estatuto dos Servidores Públicos Municipais”, tema previsto no Conteúdo Programático, dos cargos de Nível Superior, do Edital de Abertura do Concurso Público.

Vide art. 15, da Lei Municipal nº 1.946/2016 (Dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos de Espigão do Oeste/RO), onde consta *ipsis litteris*:

Art. 15. São requisitos para a investidura em cargo público:

I – Nacionalidade (**e NÃO, naturalidade**) brasileira;

II – Gozo dos direitos políticos;

III – Quitação com as obrigações militares e eleitorais;

IV – Nível de escolaridade exigido para o cargo;

V – Idade de 18 anos;

VI – Aptidão física e mental comprovada em perícia médica;

VII – Aprovação e classificação em concurso público, salvo quando a Lei assim não o exija.

Em tempo: Nacionalidade, Naturalidade e Naturalizado, apesar das palavras serem parecidas, possuem significados totalmente distintos.

Portanto, a alternativa correta é a divulgada no Gabarito Parcial.

CARGO: MÉDICO VETERINÁRIO

RECORRENTE: 101529 e Outros

QUESTÃO 05

RECURSO IMPROCEDENTE

JUSTIFICATIVA

Em “Ele notificou os réus de que a sentença se daria em breve” o verbo “notificou” é transitivo direto e indireto, ou seja, quem notifica, notifica alguém de alguma coisa. Na referida frase temos justamente em destaque a oração que funciona como objeto indireto do referido verbo, enfim, trata-se de uma oração subordinada substantiva objetiva indireta. Quanto a alternativa B, a mesma trata-se de uma “completiva nominal” haja visto que convicto não é verbo e sim um nome (adjetivo).

Portanto, a alternativa correta é a divulgada no Gabarito Parcial.

QUESTÃO 21

RECURSO PROCEDENTE

QUESTÃO NULA

QUESTÃO 22

RECURSO IMPROCEDENTE

JUSTIFICATIVA

Bactérias anaeróbicas do gênero Clostridium afetam negativamente a qualidade da silagem, se os valores de pH não forem suficientemente BAIXO para inibir o seu desenvolvimento. No recurso enviado já consta a resposta para o mesmo.

Ph baixo significa ácido.

Portanto, a alternativa correta é a divulgada no Gabarito Parcial.

QUESTÃO 23

RECURSO PROCEDENTE

QUESTÃO NULA

QUESTÃO 26
RECURSO PROCEDENTE
GABARITO RETIFICADO
ALTERNATIVA CORRETA “B”

Em fenos com mais de 25% de umidade, pode ocorrer o aparecimento de mofos, e o aquecimento.

Referência: SANTOS, Murilo de Santana. Silagem e Fenação como Suplemento Alimentar para Animais do Semiárido Baiano: da Produção ao Consumo. Centro Universitário AGES. Engenharia Agrônômica. Paripiranga, 2021.

QUESTÃO 27
RECURSO IMPROCEDENTE
JUSTIFICATIVA

No caso da Hantavirose o diagnóstico é somente laboratorial

Para se ter sucesso no diagnóstico de zoonoses (como no enunciado) é necessário cruzar informações entre casos humanos e veterinário. Não existe diagnóstico eficaz se não houver cruzamento de informações.

Se tem o agente ou teve o agente existe a verotoxina.

Portanto, a alternativa correta é a divulgada no Gabarito Parcial

QUESTÃO 31
RECURSO IMPROCEDENTE
JUSTIFICATIVA

Existe alguns casos RAROS onde será necessário Proteínas de União (no plasma).

Referência: RELIX, H. D. Introdução a Endocrinologia Reprodutiva Veterinária. González Laboratório de Bioquímica Clínica Animal. Tabela I - 2. Características de vários tipos de hormônios.

Portanto, a alternativa correta é a divulgada no Gabarito Parcial

QUESTÃO 32
RECURSO IMPROCEDENTE
JUSTIFICATIVA

A técnica empregando o “punch” (saca bocado) não permite obter tecido panicular suficiente para o bom exame histopatológico nos casos de paniculite.

Referência: Cadernos Técnicos de Veterinária e Zootecnia. Universidade Federal de Minas Gerais. Centro de Extensão da Escola de Veterinária da UFMG. Fundação de Ensino e Pesquisa em Medicina Veterinária e Zootecnia. Belo Horizonte, FEP MVZ Editora, Belo Horizonte, 1999, pp.37-38.

Portanto, a alternativa correta é a divulgada no Gabarito Parcial.

QUESTÃO 39
RECURSO IMPROCEDENTE
JUTIFICATIVA

A questão versa sobre “Estatuto dos Servidores Públicos Municipais”, tema previsto no Conteúdo Programático, dos cargos de Nível Superior, do Edital de Abertura do Concurso Público.

Vide art. 15, da Lei Municipal nº 1.946/2016 (Dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos de Espigão do Oeste/RO), onde consta *ipsis litteris*:

Art. 15. São requisitos para a investidura em cargo público:

I – Nacionalidade (e NÃO, naturalidade) brasileira;

II – Gozo dos direitos políticos;

III – Quitação com as obrigações militares e eleitorais;

IV – Nível de escolaridade exigido para o cargo;

V – Idade de 18 anos;

VI – Aptidão física e mental comprovada em perícia médica;

VII – Aprovação e classificação em concurso público, salvo quando a Lei assim não o exija.

Em tempo: Nacionalidade, Naturalidade e Naturalizado, apesar das palavras serem parecidas, possuem significados totalmente distintos.

Portanto, a alternativa correta é a divulgada no Gabarito Parcial.

CARGO: MÉDICO CLÍNICO GERAL

RECORRENTE: 100130 e Outros

QUESTÃO 39
RECURSO IMPROCEDENTE
JUTIFICATIVA

A questão versa sobre “Estatuto dos Servidores Públicos Municipais”, tema previsto no Conteúdo Programático, dos cargos de Nível Superior, do Edital de Abertura do Concurso Público.

Vide art. 15, da Lei Municipal nº 1.946/2016 (Dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos de Espigão do Oeste/RO), onde consta *ipsis litteris*:

Art. 15. São requisitos para a investidura em cargo público:

I – Nacionalidade (e NÃO, naturalidade) brasileira;

II – Gozo dos direitos políticos;

III – Quitação com as obrigações militares e eleitorais;

IV – Nível de escolaridade exigido para o cargo;

V – Idade de 18 anos;

VI – Aptidão física e mental comprovada em perícia médica;

VII – Aprovação e classificação em concurso público, salvo quando a Lei assim não o exija.

Em tempo: Nacionalidade, Naturalidade e Naturalizado, apesar das palavras serem parecidas, possuem significados totalmente distintos.

Portanto, a alternativa correta é a divulgada no Gabarito Parcial.

CARGO: ODONTÓLOGO

RECORRENTE: 106335 e Outros

QUESTÃO 22

RECURSO PROCEDENTE

QUESTÃO NULA

QUESTÃO 24

RECURSO IMPROCEDENTE

JUSTIFICATIVA

De acordo com:

O emprego de Anti-Inflamatórios Não Esteroides (AINES) e Ácido Acetilsalicílico (AAS) deve ser feito com extremo cuidado durante a gravidez, devido à tendência de causarem hemorragias na mãe e no feto, inércia uterina (contração insuficiente do útero durante ou após o parto) e fechamento prematuro dos canais arteriais do feto.

Os anestésicos locais apresentam plena segurança de uso durante todo o período de gestação, não havendo contraindicações do seu uso. A maioria é classificada pela FDA na categoria B, com exceção da mepivacaína e bupivacaína (categoria C). Embora tenham a capacidade de atravessar a barreira placentária, não estão relacionados a efeitos teratogênicos.

Referência: VASCONCELOS et al. Atendimento Odontológico a Pacientes Gestantes: Como Proceder com Segurança. Revista Brasileira de Odontologia, vol. 69, nº 1, Rio de Janeiro, Jan/Jun 2012.

Dessa forma, a alternativa “C” está incorreta e a alternativa “D”, correta.

Portanto, a alternativa correta é a divulgada no Gabarito Parcial.

QUESTÃO 26

RECURSO IMPROCEDENTE

JUSTIFICATIVA

O enunciado da questão solicita o nome do anestésico que apresenta **longa duração**.

A prilocaína + felipressina é considerada um anestésico de média duração de acordo com o quadro abaixo:



Portanto, a alternativa correta é a divulgada no Gabarito Parcial.

QUESTÃO 31 **RECURSO IMPROCEDENTE** **JUTIFICATIVA**

Os principais sinais e sintomas de alerta para o câncer de boca são:

- Ulcerações não dolorosas persistentes por mais de 15 dias.
- Placas vermelhas ou esbranquiçadas na língua, nas gengivas, no palato e na mucosa jugal que não decorrem de outra doença ou causa conhecida.
- Nódulos no pescoço.
- Rouquidão persistente.
- Dificuldade de mastigação, deglutição ou fala.
- Assimetria facial.

Referência:

Instituto Nacional de Câncer (Brasil). Diagnóstico precoce do câncer de boca / Instituto Nacional de Câncer. Rio de Janeiro: INCA, 2022.

Portanto, a alternativa correta é a divulgada no Gabarito Parcial.

QUESTÃO 34 **RECURSO IMPROCEDENTE** **JUSTIFICATIVA**

“O paciente também se queixa de dor durante a deglutição (disfagia), halitose, gosto ruim na boca e incapacidade de fechar os maxilares.”

Referência:

CORREGAL, Mateus Corradi. Pericoronarite: Etiologia, Epidemiologia, Microbiota, Tratamento E Complicações. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Odontologia. Belo Horizonte, 2018.

Portanto, a alternativa correta é a divulgada no Gabarito Parcial.

QUESTÃO 39
RECURSO IMPROCEDENTE
JUSTIFICATIVA

A questão versa sobre “Estatuto dos Servidores Públicos Municipais”, tema previsto no Conteúdo Programático, dos cargos de Nível Superior, do Edital de Abertura do Concurso Público.

Vide art. 15, da Lei Municipal nº 1.946/2016 (Dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos de Espigão do Oeste/RO), onde consta *ipsis litteris*:

Art. 15. São requisitos para a investidura em cargo público:

I – Nacionalidade (**e NÃO, naturalidade**) brasileira;

II – Gozo dos direitos políticos;

III – Quitação com as obrigações militares e eleitorais;

IV – Nível de escolaridade exigido para o cargo;

V – Idade de 18 anos;

VI – Aptidão física e mental comprovada em perícia médica;

VII – Aprovação e classificação em concurso público, salvo quando a Lei assim não o exija.

Em tempo: Nacionalidade, Naturalidade e Naturalizado, apesar das palavras serem parecidas, possuem significados totalmente distintos.

Portanto, a alternativa correta é a divulgada no Gabarito Parcial.

RECURSO: 027421
RECURSO IMPROCEDENTE
JUSTIFICATIVA

O recorrente não especificou a qual questão se referia conforme exige o edital no item 16.3 alínea b.

CARGO: PROFESSOR PEDAGOGO SÉRIES INICIAIS/
PROFESSOR PEDAGOGO ORIENTADOR EDUCACIONAL

RECORRENTE: 103465 e Outros

QUESTÃO 05
RECURSO IMPROCEDENTE
JUSTIFICATIVA

Em “Ele notificou os réus de que a sentença se daria em breve” o verbo “notificou” é transitivo direto e indireto, ou seja, quem notifica, notifica alguém de alguma coisa. Na referida frase temos justamente em destaque a oração que funciona como objeto indireto do referido verbo, enfim, trata-se de uma oração subordinada substantiva objetiva indireta. Quanto a alternativa

B, a mesma trata-se de uma “completiva nominal” haja visto que convicto não é verbo e sim um nome (adjetivo).

Portanto, a alternativa correta é a divulgada no Gabarito Parcial.

QUESTÃO 06
RECURSO IMPROCEDENTE
JUSTIFICATIVA

Em “**Os jovens precisam de que haja mais oportunidades de emprego.**” O verbo “precisar” é transitivo indireto, pois quem precisa, precisa de... ou seja, a oração em destaque vem precedida da preposição DE. As demais alternativas são objetivas diretas, pois não aparecem preposicionadas.

Portanto, a alternativa correta é a divulgada no Gabarito Parcial.

QUESTÃO 08
RECURSO IMPROCEDENTE
JUSTIFICATIVA

*Em “**Portou-se bem comigo**” o pronome SE está enclítico ao verbo, ou seja, vem após o verbo “portar”. As demais alternativas os pronomes aparecem sempre antes dos verbos, denotando a posição proclítica.*

Portanto, a alternativa correta é a divulgada no Gabarito Parcial.

QUESTÃO 15
RECURSO IMPROCEDENTE
JUSTIFICATIVA

A questão versa sobre “Currículo e Programas Educacionais do Ensino Fundamental em 9 anos”, tema previsto no Conteúdo Programático, para todos os cargos de Professor, do Edital de Abertura do Concurso Público.

Após conceber a educação como um processo amplo, a LDB estabelece, no art. 2º, que aquele processo visa ao pleno desenvolvimento do educando. Este, entretanto, desde o início de sua vida, apresenta ritmos e maneiras diferentes para realizar toda e qualquer aprendizagem – andar, falar, brincar, comer com autonomia, ler, escrever etc., como apontam as contribuições das ciências humanas. Pode-se dizer, então, que uma educação voltada para tais perspectivas precisa ser pensada também com o foco voltado para essas características:

O ser humano é ser de múltiplas dimensões;

Todos aprendem em tempos e em ritmos diferentes;

O desenvolvimento humano é um processo contínuo **(e NÃO, intermitente);**

O conhecimento deve ser construído e reconstruído, processualmente e continuamente;

O conhecimento deve ser abordado em uma perspectiva de totalidade;

É importante uma gestão participativa, compartilhada e que tenha como referência a elaboração coletiva do Projeto Político-Pedagógico, contemplando a ampliação do Ensino Fundamental; e

A diversidade metodológica e a avaliação diagnóstica, processual e formativa devem estar comprometidas com uma aprendizagem inclusiva, em que o aluno, dentro da escola, aprenda de fato.

Referência: BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Departamento de Políticas de Educação Infantil e Ensino Fundamental. Coordenação Geral do Ensino Fundamental. Ensino Fundamental de Nove Anos – Orientações Gerais. Brasília, 2004, p. 13.

Portanto, a alternativa correta é a divulgada no Gabarito Parcial.

QUESTÃO 16

RECURSO IMPROCEDENTE

JUSTIFICATIVA

A questão versa sobre “Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº. 9394/96 (níveis e modalidades de Educação e Ensino)”, tema previsto no Conteúdo Programático, para todos os cargos de Professor, do Edital de Abertura do Concurso Público.

Vide artigos 22 e 23, da Lei Federal nº 9.394/1996, onde consta *ipsis litteris*:

Art. 22. A educação básica tem por finalidades desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores.

Parágrafo único. São objetivos precípuos da educação básica a alfabetização plena e a formação de leitores, como requisitos essenciais para o cumprimento das finalidades constantes do **caput** deste artigo. (Incluído pela Lei nº 14.407, de 2022)

Art. 23. A educação básica poderá organizar-se em séries anuais, períodos semestrais, ciclos, alternância regular de períodos de estudos, grupos não-seriados, com base na idade, na competência e em outros critérios, ou por forma diversa de organização, sempre que o interesse do processo de aprendizagem assim o recomendar.

§ 1º A escola poderá reclassificar os alunos, inclusive quando se tratar de transferências entre estabelecimentos situados no País e no exterior, tendo como base as normas curriculares gerais **(e NÃO, seu projeto político-pedagógico)**.

§ 2º **O calendário escolar deverá adequar-se às peculiaridades locais, inclusive climáticas e econômicas, a critério do respectivo sistema de ensino, sem com isso reduzir o número de horas letivas previsto nesta Lei.**

Em tempo: na alternativa “D” o nome da legislação foi informado apenas para orientar os candidatos, não compreendo de forma alguma a interpretação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Portanto, a alternativa correta é a divulgada no Gabarito Parcial.

QUESTÃO 17

RECURSO IMPROCEDENTE

JUSTIFICATIVA

A questão versa sobre “Constituição Federal de 1988 (Capítulo III do Título VIII)”, tema previsto no Conteúdo Programático, para todos os cargos de Professor, do Edital de Abertura do Concurso Público.

Vide art. 213, da Constituição Federal/1988, onde consta *ipsis litteris*:

Art. 213. Os recursos públicos serão destinados às escolas públicas, podendo ser dirigidos a escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas, definidas em lei, que:

I – Comprovem finalidade não-lucrativa e apliquem seus excedentes financeiros em educação (e NÃO, em educação e cultura);

II – Assegurem a destinação de seu patrimônio a outra escola comunitária, filantrópica ou confessional, ou ao Poder Público, no caso de encerramento de suas atividades.

Portanto, a alternativa correta é a divulgada no Gabarito Parcial.

QUESTÃO 18
RECURSO IMPROCEDENTE
JUSTIFICATIVA

A questão versa sobre “Estatuto da Criança e do Adolescente”, tema previsto no Conteúdo Programático, para todos os cargos de Professor, do Edital de Abertura do Concurso Público. Uma prova de concurso público e/ou processo seletivo é elaborada por vários profissionais da área de cada cargo. O tema da questão, além de estar contido nos conhecimentos sobre Fundamentos da Educação (comum para todos os cargos de Professor), também está presente no conteúdo programático específico para o cargo de Professor Pedagogo, sendo que coincidentemente também foi explorado pelo elaborador das questões específicas, porém, apesar disso, não identificamos nenhum prejuízo aos candidatos.

Portanto, a alternativa correta é a divulgada no Gabarito Parcial.

QUESTÃO 21
RECURSO IMPROCEDENTE
JUSTIFICATIVA

(...)

A ampliação/universalização do acesso ao ensino obrigatório no país é um fato, pode-se afirmar que, a partir da década de 60, foi se constituindo uma verdadeira escola de massas.

(...)

As teorias da “carência cultural” e dos “distúrbios de aprendizagem”, de um lado, ou as teorias críticas, como as de Saviani e Freire, de outro, a respeito do fracasso escolar que se abateu fundamentalmente sobre o alunado originário das camadas populares, apesar de suas manifestas e reconhecidas diferenças, vieram ao encontro da busca de soluções para os processos de seletividade e de exclusão escolares.

(...)

Embora possamos considerar que a escola pública anterior à sua massificação, se apoiava em processos altamente seletivos de oferta de vagas, foi se construindo, no decorrer de sua ampliação, nas últimas décadas, no Brasil, uma tradição de ensino de qualidade que foi se deteriorando com o advento da escola de massas.

(...)

hoje, uma parcela **(e NÃO, todo o alunado)** significativa do alunado tem permanecido na escola sem que dela tenha usufruído, **(e NÃO, usufruindo de todas as suas potencialidades)** ou melhor, de forma ainda mais explícita, as crianças permanecem na escola, obtém registros de progresso escolar (como, por exemplo, a passagem de uma série para outra mais avançada), mas praticamente nada aprendem **(e NÃO, que todas alcançam com êxito o pleno aprendizado)**. A quantidade de analfabetos funcionais é a comprovação mais evidente desse processo.

(...)

A universalização do acesso à escola fundamental permitiu que crianças com condições pessoais, familiares, culturais e econômicas, que anteriormente eram excluídas por mecanismos de seletividade, passassem a frequentar a escola; fez aflorar, de forma incontestável, os problemas da seletividade escolar; e passou a ser objeto de preocupação tanto dos gestores das políticas quanto dos estudiosos e pesquisadores da educação nacional. Referência: BUENO, José Geraldo Silveira. Função Social da Escola e Organização do Trabalho Pedagógico. Educar, Curitiba, n. 17, pp. 101-110, 2001.

Portanto, a alternativa correta é a divulgada no Gabarito Parcial.

QUESTÃO 22
RECURSO IMPROCEDENTE
JUSTIFICATIVA

(...)

a deterioração das condições gerais de vida, em nosso país, tem trazido consequências graves para a escola, em especial para a escola fundamental localizada nas zonas periféricas dos grandes conglomerados urbanos, que é afetada pela violência do seu entorno social, pelo tráfico e consumo de drogas, pela elevação dos índices de criminalidade etc.

(...)

não podemos falar das escolas públicas do ensino fundamental como se elas fossem semelhantes, só se diferenciando pela clientela que atendem. Ao contrário, cada unidade escolar vai se configurando, na sua própria trajetória histórica, como uma instituição social ímpar, única **(e NÃO, que sempre devemos falar das escolas públicas do ensino fundamental como se elas fossem semelhantes, só se diferenciando pela clientela que atendem)**.

Referência: BUENO, José Geraldo Silveira. Função Social da Escola e Organização do Trabalho Pedagógico. Educar, Curitiba, n. 17, pp. 101-110, 2001.

Portanto, a alternativa correta é a divulgada no Gabarito Parcial.

QUESTÃO 24
RECURSO IMPROCEDENTE
JUSTIFICATIVA

É importante verificarmos os pressupostos de aprendizagem empregados pelas diferentes tendências pedagógicas na prática escolar brasileira, na tentativa de contribuir, teoricamente, para a formação continuada de professores. Embora se reconheçam as dificuldades do estabelecimento de uma síntese dessas diferentes tendências pedagógicas, cujas influências se refletem no eclétismo do ensino atual, emprega-se, neste estudo, a teoria de Libâneo (1990), que as classifica em dois grupos: liberais e progressistas.

(...)

O termo liberal não tem sentido de “avançado”, “democrático”, “aberto” como costuma ser usado. A doutrina liberal aparece como justificção do sistema capitalista que ao defender a predominância da liberdade dos interesses individuais da sociedade estabeleceu uma forma de organização social baseada na sociedade de classe.

(...)

A pedagogia liberal sustenta a ideia de que a escola tem por função preparar os indivíduos para o desempenho de papéis sociais, de acordo com as aptidões individuais, por isso os indivíduos precisam aprender a se adaptar aos valores e as normas vigentes na sociedade de classe através do desenvolvimento da cultura individual

(...)

a tendência liberal tradicional se caracteriza por acentuar o ensino humanístico, de cultura geral. De acordo com essa escola tradicional, o aluno é educado para atingir sua plena realização através de seu próprio esforço. Sendo assim, as diferenças de classe social não são consideradas e toda a prática escolar não tem nenhuma relação com o cotidiano do aluno.

(...)

A relação professor/aluno é feita mediante a autoridade **(e NÃO, da cooperação)** do professor que exige atitude receptiva do aluno. A aprendizagem nesta tendência é receptiva **(e NÃO, ativa)** e mecânica, sem se considerar as características próprias de cada idade.

Referência: NUNES, Tarcia Gabriela Holanda. A Relação Professor(a)/Aluno(a) no Processo de Ensino Aprendizagem. Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2017.

Portanto, a alternativa correta é a divulgada no Gabarito Parcial.

QUESTÃO 25 RECURSO IMPROCEDENTE JUSTIFICATIVA

Em relação à tendência pedagógica progressista, segundo Libâneo (1990), designa as tendências que, partindo de uma análise crítica das realidades sociais, sustentam implicitamente as finalidades sociopolíticas da educação. Evidentemente a pedagogia progressista não tem como institucionalizar-se numa sociedade capitalista; daí ser ela instrumento de lutas dos professores ao lado de outras práticas sociais.

(...)

A escola libertadora, também conhecida como a pedagogia de Paulo Freire, vincula a educação à luta e organização de classe do oprimido.

(...)

Paulo Freire não considera o papel informativo, o ato de conhecimento na relação educativa, mas insiste que o conhecimento não é suficiente se, ao lado e junto deste, não se elabora uma nova teoria do conhecimento e se os oprimidos não podem adquirir uma nova estrutura do conhecimento que lhes permita reelaborar e reordenar seus próprios conhecimentos e apropriar-se de outros.

(...)

Libâneo (1990), afirma que aprender é um ato de conhecimento da realidade concreta, isto é, da situação real vivida pelo educando, e só tem sentido se resultar de uma aproximação crítica dessa realidade **(e NÃO, que aprender é um ato de conhecimento da realidade subjetiva, isto é, da situação utópica almejada pelos educandos, e só tem sentido se resultar de uma aproximação crítica dessa realidade)**.

Referência: NUNES, Tarcia Gabriela Holanda. A Relação Professor(a)/Aluno(a) no Processo de Ensino Aprendizagem. Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2017.

Portanto, a alternativa correta é a divulgada no Gabarito Parcial.

QUESTÃO 28
RECURSO IMPROCEDENTE
JUSTIFICATIVA

Segundo Libâneo (1990), a tendência liberal renovada (ou pragmatista) acentua o sentido da cultura como desenvolvimento das aptidões individuais. A escola continua, dessa forma, a preparar o aluno para assumir seu papel na sociedade, adaptando as necessidades do educando ao meio social, por isso ela deve imitar a vida. Se, na tendência liberal tradicional, a atividade pedagógica estava centrada no professor, na escola renovada progressivista, defende-se a idéia de aprender fazendo, portanto centrada no aluno, valorizando as tentativas experimentais, a pesquisa, a descoberta, o estudo do meio natural e social, levando em conta os interesses do aluno.

(...)

Como pressupostos de aprendizagem, aprender se torna uma atividade de descoberta, é uma autoaprendizagem, sendo o ambiente apenas um meio estimulador.

(...)

O papel da escola nesta tendência é a preparação intelectual dos alunos para assumir seu papel na sociedade.

(...)

A relação professor/aluno gira em torno do professor auxiliador no desenvolvimento livre da criança.

(...)

Os mais conhecidos desta manifestação são os Montessori, Dewey, Piaget, Decroly. (LIBÂNEO, 1990) **(e NÃO, Montessori, Dewey, Paulo Freire, Piaget, Decroly, J.F. Herbart e Pestalozzi)**.

Referência: NUNES, Tarcia Gabriela Holanda. A Relação Professor(a)/Aluno(a) no Processo de Ensino Aprendizagem. Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2017.

Portanto, a alternativa correta é a divulgada no Gabarito Parcial.

QUESTÃO 29
RECURSO IMPROCEDENTE
JUSTIFICATIVA

Vide art. 54, da Lei Federal nº 8.069/1990, onde consta *ipsis litteris*:

Art. 54. É dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente:

I – Ensino fundamental, obrigatório e gratuito **(e NÃO, somente GRATUITO)**, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria;

II – Progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao ensino médio;

III – Atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;

IV – Atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a cinco anos de idade **(e NÃO, de zero a seis anos)**.

V – Acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;

VI – Oferta de ensino noturno regular **(e NÃO, especial)**, adequado às condições do adolescente trabalhador; e

VII – Atendimento no ensino fundamental, através de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

Portanto, a alternativa correta é a divulgada no Gabarito Parcial.

QUESTÃO 30

RECURSO IMPROCEDENTE

JUSTIFICATIVA

Vide art. 53, da Lei Federal nº 8.069/1990, onde consta *ipsis litteris*:

Art. 53. A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-se-lhes:

I – Igualdade de condições para o acesso e permanência **(e NÃO, somente acesso)** na escola;

II – Direito de ser respeitado por seus educadores;

III – Direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores **(e NÃO, podendo recorrer às instâncias jurídicas superiores)**;

IV – Direito de organização e participação em entidades estudantis;

V – Acesso à escola pública e gratuita, próxima de sua residência, garantindo-se vagas no mesmo estabelecimento a irmãos que frequentem a mesma etapa ou ciclo de ensino da educação básica **(e NÃO, garantindo-se vagas no mesmo estabelecimento a irmãos que frequentem distintas etapas ou ciclos de ensino da educação básica)**.

Portanto, a alternativa correta é a divulgada no Gabarito Parcial.

QUESTÃO 31

RECURSO IMPROCEDENTE

JUSTIFICATIVA

A alternativa solicitada como correta pelo recorrente já é a divulgada no Gabarito Parcial.

Portanto, a alternativa correta é a divulgada no Gabarito Parcial.

QUESTÃO 32

RECURSO IMPROCEDENTE

JUSTIFICATIVA

Vide art. 31, da Lei Federal nº 9.394/1996, onde consta *ipsis litteris*:

Art. 31. A educação infantil será organizada de acordo com as seguintes regras comuns

I – Avaliação mediante acompanhamento e registro do desenvolvimento das crianças, sem o objetivo de promoção **(e NÃO, com o objetivo de promoção)**, mesmo para o acesso ao ensino fundamental;

- II – Carga horária mínima anual de 800 (oitocentas) horas, distribuída por um mínimo de 200 (duzentos) dias de trabalho educacional;
- III – Atendimento à criança de, no mínimo, 4 (quatro) horas diárias para o turno parcial e de 7 (sete) horas para a jornada integral **(e NÃO, no mínimo, 4 (quatro) horas diárias para o turno parcial e de 8 (oito) horas para a jornada integral)**;
- IV – Controle de frequência pela instituição de educação pré-escolar, exigida a frequência mínima de 60% (sessenta por cento) do total de horas;
- V – Expedição de documentação que permita atestar os processos de desenvolvimento e aprendizagem da criança.

Portanto, a alternativa correta é a divulgada no Gabarito Parcial.

QUESTÃO 33
RECURSO IMPROCEDENTE
JUSTIFICATIVA

A alternativa solicitada como correta pelo recorrente já é a divulgada no Gabarito Parcial.

Portanto, a alternativa correta é a divulgada no Gabarito Parcial.

QUESTÃO 34
RECURSO IMPROCEDENTE
JUSTIFICATIVA

A alternativa solicitada como correta pelo recorrente já é a divulgada no Gabarito Parcial.

Portanto, a alternativa correta é a divulgada no Gabarito Parcial.

QUESTÃO 36
RECURSO IMPROCEDENTE
JUSTIFICATIVA

A questão versa sobre “Lei Orgânica do Município de Espigão do Oeste”, tema previsto no Conteúdo Programático, dos cargos de Nível Superior, do Edital de Abertura do Concurso Público.

Vide art. 8º, da Lei Orgânica do Município de Espigão do Oeste, onde consta *ipsis litteris*:

Art. 8º – A soberania popular se manifesta quando todos são considerados iguais perante a lei e a todos sejam asseguradas condições dignas de existência, e será exercida:

I – Pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto com valor igual para todos;

II – Pelo plebiscito;

III – pelo referendo;

IV – Pelo veto;

V – Pela participação popular nas decisões do Município e no aperfeiçoamento democrático de suas instituições;

VI – Pela iniciativa popular no processo legislativo (e NÃO, executivo); e

VII – Pela ação fiscalizadora sobre a administração pública.

Portanto, a alternativa correta é a divulgada no Gabarito Parcial.

QUESTÃO 39
RECURSO IMPROCEDENTE
JUTIFICATIVA

A questão versa sobre “Estatuto dos Servidores Públicos Municipais”, tema previsto no Conteúdo Programático, dos cargos de Nível Superior, do Edital de Abertura do Concurso Público.

Vide art. 15, da Lei Municipal nº 1.946/2016 (Dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos de Espigão do Oeste/RO), onde consta *ipsis litteris*:

Art. 15. São requisitos para a investidura em cargo público:

I – Nacionalidade (**e NÃO, naturalidade**) brasileira;

II – Gozo dos direitos políticos;

III – Quitação com as obrigações militares e eleitorais;

IV – Nível de escolaridade exigido para o cargo;

V – Idade de 18 anos;

VI – Aptidão física e mental comprovada em perícia médica;

VII – Aprovação e classificação em concurso público, salvo quando a Lei assim não o exija.

Em tempo: Nacionalidade, Naturalidade e Naturalizado, apesar das palavras serem parecidas, possuem significados totalmente distintos.

Portanto, a alternativa correta é a divulgada no Gabarito Parcial.

CARGO: PROFESSOR LICENCIATURA EM GEOGRAFIA

RECORRENTE: 103494 e Outros

QUESTÃO 01

RECURSO IMPROCEDENTE

JUSTIFICATIVA

A questão faz referência à classificação morfológica e não à sintática. Seria adjunto adverbial de negação se no enunciado da questão viesse “classificação sintática”. Morfologicamente o NÃO é um advérbio, ou seja é uma palavra que pertence à classe gramatical dos advérbios.

Portanto, a alternativa correta é a divulgada no Gabarito Parcial.

QUESTÃO 06

RECURSO IMPROCEDENTE

JUSTIFICATIVA

Em “**Os jovens precisam de que haja mais oportunidades de emprego.**” O verbo “precisar” é transitivo indireto, pois quem precisa, precisa de... ou seja, a oração em destaque vem precedida da preposição DE. As demais alternativas são objetivas diretas, pois não aparecem preposicionadas.

Portanto, a alternativa correta é a divulgada no Gabarito Parcial.

QUESTÃO 28
RECURSO IMPROCEDENTE
JUSTIFICATIVA

Nos países subdesenvolvidos, as taxas de crescimento demográfico começaram a baixar após a segunda metade do século XX. Nesses países, a redução das taxas de mortalidade se deveu ao uso das melhorias médico-sanitárias e ao uso de inseticidas que combatem agentes transmissores de doenças. A urbanização provocou transformações sociais que ajudam a explicar essa redução dos índices de natalidade, como: o trabalho familiar, o custo da criação dos filhos, o trabalho da mulher e os métodos anticoncepcionais. Mas, essas mudanças ocorreram em apenas alguns países (por exemplo, Argentina, Coreia do Sul, Brasil, Chile, Uruguai, México). Na maioria das nações africanas (por exemplo, Serra Leoa, Nigéria, Quênia) e em algumas asiáticas (Laos, Nepal, Bangladesh), as taxas de crescimento vegetativo continuaram altas (ALMEIDA; RIGOLIN, 2002, p. 119).

(...)

O aumento da população mundial tem sido frequentemente responsabilizado pela destruição do meio ambiente. E os países subdesenvolvidos (**e NÃO, países desenvolvidos**) têm sido responsabilizados por esta problemática, por motivo do acelerado crescimento populacional. Assim, o controle das taxas de natalidade nesses países passou a ser, para muitas pessoas, prioritário para um mundo mais sustentável.

(...)

Podem-se relacionar diversos fatores que justificam a pobreza e a fome nos países subdesenvolvidos, por exemplo: o crescimento vegetativo alto; a baixa cotação dos produtos primários no mercado internacional ora pela capacidade de manipulação das transnacionais (geralmente empresas dos países ricos), ora por seus próprios preços serem baixos; dependência das importações em face da introdução da plantation nos países periféricos, produção destinada mais ao mercado externo que ao interno; a racionalidade especulativa do lucro e do mercado na economia capitalista.

A ONU afirma que cerca de 1 bilhão de pessoas passam fome no mundo, embora a produção global de alimentos seja suficiente para alimentar todos os seus habitantes. A população mundial está crescendo e há sinais sugerindo que se pode chegar a um ponto onde a demanda por comida seja superior àquilo que pode ser cultivado. Em países como a Etiópia, esta situação já está ocorrendo, tendo conseqüentemente resultados catastróficos, como fome, doença e grande sofrimento para as pessoas (LAMBERT, 1992).

Referência: FONTANA et al. Teorias Demográficas e o Crescimento Populacional no Mundo. Ciências Humanas e Sociais Unit. Aracaju, v. 2, nº 3, março/2015, pp.113-124.

Portanto, a alternativa correta é a divulgada no Gabarito Parcial.

QUESTÃO 39
RECURSO IMPROCEDENTE
JUTIFICATIVA

A questão versa sobre “Estatuto dos Servidores Públicos Municipais”, tema previsto no Conteúdo Programático, dos cargos de Nível Superior, do Edital de Abertura do Concurso Público.

Vide art. 15, da Lei Municipal nº 1.946/2016 (Dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos de Espigão do Oeste/RO), onde consta *ipsis litteris*:

Art. 15. São requisitos para a investidura em cargo público:

I – Nacionalidade **(e NÃO, naturalidade)** brasileira;

II – Gozo dos direitos políticos;

III – Quitação com as obrigações militares e eleitorais;

IV – Nível de escolaridade exigido para o cargo;

V – Idade de 18 anos;

VI – Aptidão física e mental comprovada em perícia médica;

VII – Aprovação e classificação em concurso público, salvo quando a Lei assim não o exija.

Em tempo: Nacionalidade, Naturalidade e Naturalizado, apesar das palavras serem parecidas, possuem significados totalmente distintos.

Portanto, a alternativa correta é a divulgada no Gabarito Parcial.

CARGO: PROFESSOR LICENCIATURA EM HISTÓRIA

RECORRENTE: 105712 e Outros

QUESTÃO 35

RECURSO PROCEDENTE

GABARITO RETIFICADO

ALTERNATIVA CORRETA “D”

Vide art. 31, da Lei Federal nº 9.394/1996, onde consta *ipsis litteris*:

Art. 11. Os Municípios incumbir-se-ão de:

I – Organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições oficiais dos seus sistemas de ensino, integrando-os às políticas e planos educacionais da União e dos Estados;

II – Exercer ação redistributiva em relação às suas escolas;

III – Baixar normas complementares para o seu sistema de ensino;

IV – Autorizar, credenciar e supervisionar os estabelecimentos do seu sistema de ensino **(e NÃO, supervisionar os estabelecimentos do seu sistema de ensino que são autorizados e credenciados pela união);**

V – Oferecer a educação infantil em creches e pré-escolas, e, com prioridade, o ensino fundamental, permitida a atuação em outros níveis de ensino somente quando estiverem atendidas plenamente as necessidades de sua área de competência e com recursos acima dos percentuais mínimos vinculados pela Constituição Federal à manutenção e desenvolvimento do ensino **(e NÃO, sendo permitida a atuação em outros níveis de ensino, mesmo quando estiverem atendidas plenamente as necessidades de sua área de competência e com recursos acima dos percentuais mínimos vinculados pela Constituição Federal à manutenção e desenvolvimento do ensino); e**

VI – Assumir o transporte escolar dos alunos da rede municipal (**presença de erro de digitação na palavra “assumir”**).

(...)

CARGO: PROFESSOR LICENCIATURA PORTUGUÊS/INGLÊS

RECORRENTE: 103514 e Outros

QUESTÃO 16

RECURSO IMPROCEDENTE

JUSTIFICATIVA

A questão se enquadra dentro do conteúdo de FONOLOGIA, ou seja, ao estudo dos fonemas, que são as unidades fonológicas cuja ocorrência contribui para o estabelecimento de diferenças de significado entre as palavras. Nesse estudo em evidência, podemos citar a classificação dos fonemas bem como seus encontros vocálicos, resultando em DITONGO, TRITONGO e HIATO. A questão aqui mencionada solicita a identificação da palavra que apresenta “ditongo crescente”, ou seja, que apresente semivogal + vogal, respectivamente. Tal conteúdo está exposto no conteúdo programático como SISTEMA FONOLÓGICO DO PORTUGUÊS. Sendo assim. O referido conteúdo está dentro do apresentado no edital.

Portanto, a alternativa correta é a divulgada no Gabarito Parcial.

CARGO: PROFESSOR LICENCIATURA EM MATEMÁTICA

RECORRENTE: 102602 e Outros

QUESTÃO 21

RECURSO IMPROCEDENTE

JUSTIFICATIVA

Note que $2 \cdot 3 \cdot 5 \cdot \dots \cdot p_{n-1} \cdot p_n + 1$ não pode ser um número primo porque, pela suposição, todos os números primos já estão listados, ou seja, $2 \cdot 3 \cdot 5 \cdot \dots \cdot p_{n-1} \cdot p_n + 1$ é composto, daí existe algum número primo que o divide. Chamando esse primo de p_x temos que $p_x \cdot k = 2 \cdot 3 \cdot 5 \cdot \dots \cdot p_x \cdot \dots \cdot p_{n-1} \cdot p_n + 1$, onde k pertence aos naturais. Isso implica que $p_x \cdot k - 2 \cdot 3 \cdot 5 \cdot \dots \cdot p_x \cdot \dots \cdot p_{n-1} \cdot p_n = 1$, o que implica $p_x \cdot (k - 2 \cdot 3 \cdot 5 \cdot \dots \cdot p_{n-1} \cdot p_n) = 1$, ou seja, p_x **divide 1**, mas isso é um absurdo, pois p_x é **primo e não pode dividir 1**.

Portanto, a alternativa correta é a divulgada no Gabarito Parcial.

QUESTÃO 23

RECURSO IMPROCEDENTE

JUSTIFICATIVA

Todos os divisores de 6595 são 1,5,1319,6595, -1,-5,-1319 e -6595. Veja que não foi mencionado divisores naturais, logo os divisores negativos também entram na contagem. Portanto são 8 divisores inteiros.

Portanto, a alternativa correta é a divulgada no Gabarito Parcial.

QUESTÃO 24
RECURSO IMPROCEDENTE
JUSTIFICATIVA

Veja que a questão não menciona divisores naturais, logo todos os divisores são positivos e negativos, e cada divisor positivo possui seu oposto como divisor também, ao somar todos os divisores, os positivos com seus opostos se anulam resultando em soma 0.

Portanto, a alternativa correta é a divulgada no Gabarito Parcial.

QUESTÃO 28
RECURSO IMPROCEDENTE
JUSTIFICATIVA

Veja que $13^{2024} = (13^2)^{1012} = 169^{1012}$. E $169=14 \times 12 + 1$. Agora, ao fazer $169^{1012} = (14 \cdot 12 + 1)^{1012}$, encontraremos, ao desenvolver a potência $(14 \cdot 12 + 1)^{1012}$, várias parcelas múltiplas de 14 em sua soma, porém sobrar 1. E como sobra 1 ele precisa incluir 13 cestas básicas para fechar 14 e não sobrar nenhuma.

Portanto, a alternativa correta é a divulgada no Gabarito Parcial.

QUESTÃO 29
RECURSO IMPROCEDENTE
JUSTIFICATIVA

Veja que $13^{2024} = (13^2)^{1012} = 169^{1012}$. E $169=14 \times 12 + 1$. Agora, ao fazer $169^{1012} = (14 \cdot 12 + 1)^{1012}$, encontraremos, ao desenvolver a potência $(14 \cdot 12 + 1)^{1012}$, várias parcelas múltiplas de 14 em sua soma, porém sobrar 1. E como sobra 1 ele precisa excluir uma cesta básica para que não sobrar nenhuma.

Portanto, a alternativa correta é a divulgada no Gabarito Parcial.

QUESTÃO 35
RECURSO IMPROCEDENTE
JUSTIFICATIVA

Chamemos a quantidade de pacotes de parafusos de P e a quantidade de pacotes de roscas de R. E como cada pacote de parafusos contém 17 parafusos podemos fazer $17P$ sendo o total de parafusos, analogamente $7R$ é o total de roscas, daí, para termos a mesma quantidade de parafusos e de roscas, devemos fazer $17P=7R$ o que implica que $P=7$ e $R=17$, logo a quantidade de pacotes de parafusos é 7 e a quantidade de pacotes de roscas é 17 para termos a mesma quantidade de pacotes e parafusos, logo a quantidade total de pacotes é $7+17=24$. No recurso foi interpretado erroneamente a quantidade de pacotes igual a quantidade de parafusos que é $7 \times 17=119$.

Portanto, a alternativa correta é a divulgada no Gabarito Parcial.

QUESTÃO 36
RECURSO IMPROCEDENTE
JUSTIFICATIVA

A questão versa sobre “Lei Orgânica do Município de Espigão do Oeste”, tema previsto no Conteúdo Programático, dos cargos de Nível Superior, do Edital de Abertura do Concurso Público.

Vide art. 8º, da Lei Orgânica do Município de Espigão do Oeste, onde consta *ipsis litteris*:

Art. 8º – A soberania popular se manifesta quando todos são considerados iguais perante a lei e a todos sejam asseguradas condições dignas de existência, e será exercida:

I – Pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto com valor igual para todos;

II – Pelo plebiscito;

III – pelo referendo;

IV – Pelo veto;

V – Pela participação popular nas decisões do Município e no aperfeiçoamento democrático de suas instituições;

VI – Pela iniciativa popular no processo legislativo (e NÃO, executivo); e

VII – Pela ação fiscalizadora sobre a administração pública.

Portanto, a alternativa correta é a divulgada no Gabarito Parcial.

QUESTÃO 39
RECURSO IMPROCEDENTE
JUTIFICATIVA

A questão versa sobre “Estatuto dos Servidores Públicos Municipais”, tema previsto no Conteúdo Programático, dos cargos de Nível Superior, do Edital de Abertura do Concurso Público.

Vide art. 15, da Lei Municipal nº 1.946/2016 (Dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos de Espigão do Oeste/RO), onde consta *ipsis litteris*:

Art. 15. São requisitos para a investidura em cargo público:

I – Nacionalidade (e NÃO, naturalidade) brasileira;

II – Gozo dos direitos políticos;

III – Quitação com as obrigações militares e eleitorais;

IV – Nível de escolaridade exigido para o cargo;

V – Idade de 18 anos;

VI – Aptidão física e mental comprovada em perícia médica;

VII – Aprovação e classificação em concurso público, salvo quando a Lei assim não o exija.

Em tempo: Nacionalidade, Naturalidade e Naturalizado, apesar das palavras serem parecidas, possuem significados totalmente distintos.

Portanto, a alternativa correta é a divulgada no Gabarito Parcial.

**RECURSO 027338
RECURSO IMPROCEDENTE
JUSTIFICATIVA**

O recorrente não especificou a qual questão se referia conforme exige o edital no item 16.3 alínea b.

CARGO: FISCAL MUNICIPAL (OBRAS E POSTURAS)

**RECORRENTE: 105152 e Outros
QUESTÃO 10
RECURSO IMPROCEDENTE
JUSTIFICATIVA**

A referida questão se dispõe de analisar a palavra em destaque quanto à sua classificação. Quanto à grafia da palavra “toldos”, nada compromete a referida frase, haja visto que a mesma fora retirada do poema, ou seja, subentende-se explicitamente que se trata de apenas da presença de um fonema a mais. Reforço a ideia de que no enunciado da questão remete à classificação da palavra em destaque. Veja: **se vá tecendo, entre toldos os galos**”, nesse caso específico a palavra “OS” trata-se de um artigo definido, pois está acompanhando o substantivo “galos”. Portanto, a única alternativa em que o termo em destaque está classificado “incorretamente” é a “C”.

Portanto, a alternativa correta é a divulgada no Gabarito Parcial.

**QUESTÃO 26
RECURSO IMPROCEDENTE
JUSTIFICATIVA**

A alternativa solicitada como correta pelo recorrente já é a divulgada no Gabarito Parcial.

**QUESTÃO 30
RECURSO PROCEDENTE
GABARITO RETIFICADO
ALTERNATIVA CORRETA “A”**

Não dependem de alvará:

I – As edificações provisórias para guarda e depósito, em obras já licenciadas que deverão ser demolidas ao terminar a obra principal. **CORRETO.**

II – Os serviços de limpeza, pintura e consertos no interior dos edifícios, ou no exterior, quando não dependerem de tapume e andaimes. **CORRETO.**

III – Os telheiros com área igual ou inferior a 36,00 m² (trinta e seis metros quadrados). **INCORRETO, o correto seria 24,00 m² (vinte e quatro metros quadrados).**

CARGO: FISCAL AMBIENTAL

RECORRENTE: 102772 e Outros

QUESTÃO 11

RECURSO IMPROCEDENTE

JUSTIFICATIVA

Veja que André começa a jogar o dado não viciado, e como queremos saber a probabilidade de Bruno ganhar, necessariamente André não deve tirar 1 nos seus lançamentos. A probabilidade de Bruno ganhar na primeira tentativa é a probabilidade de André perder no seu primeiro lançamento e Bruno ganhar no seu primeiro lançamento, ou seja, $(5/6) \times (1/6)$, a probabilidade de Bruno ganhar na segunda tentativa é ambos perderem na primeira tentativa vezes André perder no seu segundo lançamento e Bruno ganhar no seu segundo lançamento, ou seja, $(5/6) \times (5/6) \times (5/6) \times (1/6)$, e assim infinitamente. Agora, para sabermos a probabilidade de Bruno ganhar, basta somar todas essas probabilidades, portanto,

$$(5/6) \times (1/6) + (5/6) \times (5/6) \times (5/6) \times (1/6) + (5/6) \times (5/6) \times (5/6) \times (5/6) \times (1/6) + \dots = (1/6) \times [(5/6) + (5/6) \times (5/6) \times (5/6) + (5/6) \times (5/6) \times (5/6) \times (5/6) + \dots] = \frac{1}{6} \left[\frac{5}{6} + \left(\frac{5}{6}\right)^3 + \left(\frac{5}{6}\right)^5 + \dots \right] = \frac{1}{6} \left[\frac{\frac{5}{6}}{1 - \left(\frac{5}{6}\right)^2} \right] = \frac{1}{6} \left[\frac{\frac{5}{6}}{1 - \frac{25}{36}} \right] = \frac{1}{6} \left[\frac{\frac{5}{6}}{\frac{11}{36}} \right] = \frac{1}{6} \cdot \frac{5}{6} \cdot \frac{36}{11} = \frac{5}{11}.$$

Portanto, a alternativa correta é a divulgada no Gabarito Parcial.

QUESTÃO 12

RECURSO IMPROCEDENTE

JUSTIFICATIVA

Recurso sem fundamentação conforme exige o edital no item 16.3, alínea c e 16.6, alínea b.

Portanto, a alternativa correta é a divulgada no Gabarito Parcial.

QUESTÃO 13

RECURSO IMPROCEDENTE

JUSTIFICATIVA

Recurso sem fundamentação conforme exige o edital no item 16.3, alínea c e 16.6, alínea b.

Portanto, a alternativa correta é a divulgada no Gabarito Parcial.

QUESTÃO 15

RECURSO IMPROCEDENTE

JUSTIFICATIVA

Recurso sem fundamentação conforme exige o edital no item 16.3, alínea c e 16.6, alínea b.

Portanto, a alternativa correta é a divulgada no Gabarito Parcial.

QUESTÃO 35
RECURSO PROCEDENTE
GABARITO RETIFICADO
ALTERNATIVA CORRETA “D”

As alternativas “A”, “B” e “C” apresentam **princípios básicos** da educação ambiental, já a alternativa “D”, apresenta um **objetivo fundamental** da educação ambiental.

CARGO: FISCAL SANITÁRIO

RECORRENTE: 106214 e Outros
QUESTÃO 13
RECURSO IMPROCEDENTE
JUSTIFICATIVA

Chamemos $x = \frac{1}{1 + \frac{1}{1 + \frac{1}{1 + \frac{1}{1 + \dots}}}}$, mas note que $x = \frac{1}{1+x}$ daí $x(1+x)=1$ o que implica $x^2+x-1=0$,

resolvendo a equação do segundo grau temos que $x = \frac{-1-\sqrt{5}}{2}$ ou $x = \frac{-1+\sqrt{5}}{2}$, mas como x é positivo exclui-se $\frac{-1-\sqrt{5}}{2}$, e ficamos somente com $x = \frac{-1+\sqrt{5}}{2}$ que é positivo, pois $\frac{-1+\sqrt{5}}{2} > 0$ implica que $-1 + \sqrt{5} > 0$ que implica $\sqrt{5} > 1$. Note que o menos (-) no 1 faz parte do numerador da fração e não é o menos da fração. Ou seja, a solução é positiva e a questão contempla o assunto equação do segundo grau no conteúdo programático do edital.

Portanto, a alternativa correta é a divulgada no Gabarito Parcial.

QUESTÃO 23
RECURSO PROCEDENTE
QUESTÃO NULA

QUESTÃO 24
RECURSO PROCEDENTE
QUESTÃO NULA

CARGO: AUXILIAR DE SALA

RECORRENTE: 106681 e Outros

QUESTÃO 13

RECURSO IMPROCEDENTE

JUSTIFICATIVA

Chamemos $x = \frac{1}{1 + \frac{1}{1 + \frac{1}{1 + \frac{1}{1 + \dots}}}}$, mas note que $x = \frac{1}{1+x}$ daí $x(1+x)=1$ o que implica $x^2+x-1=0$,

resolvendo a equação do segundo grau temos que $x = \frac{-1-\sqrt{5}}{2}$ ou $x = \frac{-1+\sqrt{5}}{2}$, mas como x é positivo exclui-se $\frac{-1-\sqrt{5}}{2}$, e ficamos somente com $x = \frac{-1+\sqrt{5}}{2}$ que é positivo, pois $\frac{-1+\sqrt{5}}{2} > 0$ implica que $-1 + \sqrt{5} > 0$ que implica $\sqrt{5} > 1$. Note que o menos (-) no 1 faz parte do numerador da fração e não é o menos da fração. Ou seja, a solução é positiva e a questão contempla o assunto equação do segundo grau no conteúdo programático do edital.

Portanto, a alternativa correta é a divulgada no Gabarito Parcial.

QUESTÃO 14

RECURSO PROCEDENTE

QUESTÃO NULA

QUESTÃO 15

RECURSO IMPROCEDENTE

JUSTIFICATIVA

O século 40 d.C corresponde ao período do ano 3901 ao ano 4000. Note que $63^2=63 \times 63=3969$ que está dentro do período do século 40 d.C, ou seja, $x=63$ e $x^2=63^2=3969$, portanto ele tinha 63 anos no ano 3969, logo ele nasceu com certeza no ano $3969-63=3906$.

Portanto, a alternativa correta é a divulgada no Gabarito Parcial.

QUESTÃO 17

RECURSO IMPROCEDENTE

JUSTIFICATIVA

A questão não especificou a versão dos Programas Microsoft Word, Excel e PowerPoint e no próprio site da Microsoft (link abaixo) evidencia que as extensões .doc, .ppt e .xls pertencem respectivamente ao Microsoft Word, Excel e Power Point (versões 97-2003). Ainda em tempo, é preciso reafirmar que mesmo no Microsoft Word, Excel e PowerPoint mais recentes (versão 365) é possível salvar os arquivos nestas anteriormente citadas extensões (.doc, .ppt e .xls). É dever do candidato, já que não foi especificada versão nem no edital nem na questão, interpretar a questão de forma ampla (abrangendo todas as versões).

Disponível em: <<https://support.microsoft.com/pt-br/windows/extens%C3%B5es-de-nome-de-arquivo-comuns-no-windows-da4a4430-8e76-89c5-59f7-1cdbc75cb01#:~:text=xlsx%2C%20por%20exemplo%2C%20a%20primeira>>.

Acessado em: 10 fev 2024.

QUESTÃO 24
RECURSO IMPROCEDENTE
JUSTIFICATIVA

Vide retificação N° 001/2023 do Edital do Concurso Público N° 002/2023

QUESTÃO 25
RECURSO IMPROCEDENTE
JUSTIFICATIVA

Vide retificação N° 001/2023 do Edital do Concurso Público N° 002/2023

Vide art. 16, da Lei Federal nº 8.069/1990, onde consta *ipsis litteris*:

Art. 16. O direito à liberdade compreende os seguintes aspectos:

I – Ir, vir e estar nos logradouros públicos e espaços comunitários, ressalvadas as restrições legais;

II – Opinião e expressão;

III – Crença e culto religioso;

IV – Brincar, praticar esportes e divertir-se;

V – Participar da vida familiar e comunitária, sem discriminação;

VI – Participar da vida política, na forma da lei;

VII – Buscar refúgio, auxílio e orientação.

Portanto, a alternativa correta é a divulgada no Gabarito Parcial.

QUESTÃO 26
RECURSO IMPROCEDENTE
JUSTIFICATIVA

Vide retificação N° 001/2023 do Edital do Concurso Público N° 002/2023

QUESTÃO 27
RECURSO IMPROCEDENTE
JUSTIFICATIVA

Vide retificação N° 001/2023 do Edital do Concurso Público N° 002/2023

QUESTÃO 28
RECURSO IMPROCEDENTE
JUSTIFICATIVA

Vide retificação N° 001/2023 do Edital do Concurso Público N° 002/2023

(...)

O Estatuto é fruto de uma construção coletiva, que envolveu parlamentares, governo, movimentos sociais, pesquisadores, instituições de defesa dos direitos da criança e do adolescente, organismos internacionais, instituições e lideranças religiosas, entre outros atores. Completada as três décadas de vigência, o Brasil continua mobilizado para que o ECA se mantenha como uma legislação avançada e atualizada. Nos últimos anos, foram realizados diversos aprimoramentos, dentre os quais se destacam:

Lei da Primeira Infância (Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016) – implica o dever do Estado de estabelecer políticas, planos, programas e serviços para a primeira infância que atendam às especificidades dessa faixa etária, visando a garantir seu desenvolvimento integral;

Lei Menino Bernardo (Lei nº 13.010, de 26 de junho de 2014 **(a data da lei também foi alterda))** – estabelece o direito da criança e do adolescente de serem educados sem o uso de castigos físicos; **(e NÃO, castigos físicos excessivos).**

Disponível em: <<https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/crianca-e-adolescente/publicacoes/o-estatuto-da-crianca-e-do-adolescente>>. Acessado em: 12 fev 2024.

Portanto, a alternativa correta é a divulgada no Gabarito Parcial.

QUESTÃO 29 **RECURSO IMPROCEDENTE** **JUSTIFICATIVA**

Vide retificação N° 001/2023 do Edital do Concurso Público N° 002/2023

(...)

A estrutura organizacional de escolas se diferencia conforme a legislação dos Estados e Municípios e, obviamente, conforme as concepções de organização e gestão adotada, mas podemos apresentar a estrutura básica com todas as unidades e funções típicas de uma escola.

(...)

O setor pedagógico compreende as atividades de coordenação pedagógica e orientação educacional. **As funções desses especialistas variam conforme a legislação estadual e municipal**, sendo que em muitos lugares suas atribuições ora são unificadas em apenas uma envolvendo habilidades bastante especiais, recomenda-se que seus ocupantes sejam formados em cursos de Pedagogia ou adquiram formação pedagógico-didática específica. (As funções desses especialistas variam conforme a determinação da direção da escola).

Referência: LIBÂNEO, José Carlos. Organização e Gestão da Escola – Teoria e Prática. 4ª ed. Goiânia: Alternativa, 2001.

Portanto, a alternativa correta é a divulgada no Gabarito Parcial.

QUESTÃO 30 **RECURSO IMPROCEDENTE** **JUSTIFICATIVA**

Vide retificação N° 001/2023 do Edital do Concurso Público N° 002/2023.

QUESTÃO 31
RECURSO IMPROCEDENTE
JUSTIFICATIVA

Vide retificação N° 001/2023 do Edital do Concurso Público N° 002/2023.

QUESTÃO 32
RECURSO PROCEDENTE
QUESTÃO NULA

QUESTÃO 33
RECURSO IMPROCEDENTE
JUSTIFICATIVA

Vide retificação N° 001/2023 do Edital do Concurso Público N° 002/2023.

QUESTÃO 34
RECURSO IMPROCEDENTE
JUSTIFICATIVA

Vide retificação N° 001/2023 do Edital do Concurso Público N° 002/2023.

O processo de organização educacional dispõe de elementos constitutivos que são, na verdade, instrumentos de ação mobilizados para atingir os objetivos escolares. Tais elementos ou instrumentos de ação são:

Planejamento – Processo de explicitação de objetivos e antecipação de decisões para orientar a instituição, prevendo-se o que se deve fazer para atingi-los.

Organização – Atividade através da qual se dá a racionalização dos recursos, criando e viabilizando as condições e modos para se realizar o que foi planejado.

Direção/Coordenação – Atividade de coordenação do esforço coletivo (e NÃO, do **individual**) do pessoal da escola.

Formação continuada – Ações de capacitação e aperfeiçoamento dos profissionais da escola para que realizem com competência suas tarefas e se desenvolvam pessoal e profissionalmente.

Avaliação – Comprovação e avaliação do funcionamento da escola.

Referência: LIBÂNEO, José Carlos. Organização e Gestão da Escola – Teoria e Prática. 4ª ed. Goiânia: Alternativa, 2001.

Portanto, a alternativa correta é a divulgada no Gabarito Parcial.

QUESTÃO 35
RECURSO IMPROCEDENTE
JUSTIFICATIVA

Vide retificação N° 001/2023 do Edital do Concurso Público N° 002/2023

QUESTÃO 36
RECURSO IMPROCEDENTE
JUSTIFICATIVA

Vide retificação N° 001/2023 do Edital do Concurso Público N° 002/2023

QUESTÃO 37
RECURSO IMPROCEDENTE
JUSTIFICATIVA

Vide retificação N° 001/2023 do Edital do Concurso Público N° 002/2023

QUESTÃO 38
RECURSO IMPROCEDENTE
JUSTIFICATIVA

Vide retificação N° 001/2023 do Edital do Concurso Público N° 002/2023

QUESTÃO 39
RECURSO IMPROCEDENTE
JUSTIFICATIVA

Vide retificação N° 001/2023 do Edital do Concurso Público N° 002/2023

QUESTÃO 40
RECURSO IMPROCEDENTE
JUSTIFICATIVA

Vide retificação N° 001/2023 do Edital do Concurso Público N° 002/2023

CARGO: AGENTE DE ENDEMIAS

RECORRENTE: 102928 e Outros
QUESTÃO 02
RECURSO IMPROCEDENTE
JUSTIFICATIVA

O enunciado foi bem claro quando se refere à “função sintática”. Seria classificado o “O” como artigo caso fosse a classificação morfológica da referida palavra. Não confundir classificação sintática com classificação morfológica”. Na classificação sintática temos a função que a palavra exerce no contexto, onde pode ser “adjunto adnominal, adjunto adverbial, objeto direto etc. Na classificação morfológica, aí sim se faz menção à classe gramatical ao qual ela pertence. Lembrando que há dez classes gramaticais. Portanto, o “O” exerce a função sintática de “adjunto adnominal”.

Portanto, a alternativa correta é a divulgada no Gabarito Parcial.

QUESTÃO 13
RECURSO IMPROCEDENTE
JUSTIFICATIVA

Chamemos $x = \frac{1}{1 + \frac{1}{1 + \frac{1}{1 + \frac{1}{1 + \dots}}}}$, mas note que $x = \frac{1}{1+x}$ daí $x(1+x)=1$ o que implica $x^2+x-1=0$,

resolvendo a equação do segundo grau temos que $x = \frac{-1-\sqrt{5}}{2}$ ou $x = \frac{-1+\sqrt{5}}{2}$, mas como x é positivo exclui-se $\frac{-1-\sqrt{5}}{2}$, e ficamos somente com $x = \frac{-1+\sqrt{5}}{2}$ que é positivo, pois $\frac{-1+\sqrt{5}}{2} > 0$ implica que $-1 + \sqrt{5} > 0$ que implica $\sqrt{5} > 1$. Note que o menos (-) no 1 faz parte do numerador da fração e não é o menos da fração. Ou seja, a solução é positiva e a questão contempla o assunto equação do segundo grau no conteúdo programático do edital.

Portanto, a alternativa correta é a divulgada no Gabarito Parcial.

QUESTÃO 14
RECURSO PROCEDENTE
QUESTÃO NULA

QUESTÃO 27
RECURSO PROCEDENTE
GABARITO RETIFICADO
ALTERNATIVA CORRETA “C”

2.6 Período de Incubação:

O período de incubação é bastante variável tanto para o homem como para o cão:

No homem: 10 dias a 24 meses, com média entre 2 a 6 meses.

No cão: bastante variável, de 3 meses a vários anos com média de 3 a 7 meses.

Referência: Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância Epidemiológica. Manual de vigilância e controle da leishmaniose visceral / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Vigilância Epidemiológica. – 1. ed., 5. reimpr. – Brasília: Ministério da Saúde, 2014, p. 17.

QUESTÃO 33
RECURSO IMPROCEDENTE
JUSTIFICATIVA

A alternativa possui apenas uma alternativa correta que é a divulgada no Gabarito Parcial.

QUESTÃO 34
RECURSO IMPROCEDENTE
JUSTIFICATIVA

O enunciado da questão é claro, direto e objetivo: “**sendo considerada uma doença sexualmente transmissível**”. Em momento algum foi afirmado que a Hepatite não pode ser transmitida por via sexual. O que foi citado era qual tipo de hepatite era considerada como uma DST, no caso a Hepatite “B”.

(...) É uma doença infecciosa que agride o fígado, sendo causada pelo vírus B da hepatite (HBV). O HBV está presente no sangue e secreções, e **a hepatite B é também classificada como uma infecção sexualmente transmissível**. Inicialmente, ocorre uma infecção aguda e, na maior parte dos casos, a infecção se resolve espontaneamente até seis meses após os primeiros sintomas, sendo considerada de curta duração. Essa resolução é evidenciada pela presença de anticorpos chamados anti-Hbs. (...)

Referência: Ministério da Saúde. Biblioteca Virtual em Saúde. Novas diretrizes para diagnóstico e tratamento da hepatite B.

A hepatite C não é considerada uma doença sexualmente transmissível (DST). As principais formas de transmissão são o compartilhamento de materiais que tenham contato com sangue, como agulhas, seringas, lâminas de barbear, escovas de dente e alicates, e através da transfusão de sangue ou procedimentos realizados com material contaminado (tatuagens, piercings ou mesmo procedimentos médicos ou odontológicos).

Referência: Doctoralia.

Disponível em: <<https://www.doctoralia.com.br/perguntas-respostas/gostaria-de-saber-se-a-hepatite-c-e-de-fato-uma-dst-ou-nao>>. Acessado em: 07 fev 2024.

Portanto, a alternativa correta é a divulgada no Gabarito Parcial.

CARGO: TÉCNICO EM INFORMÁTICA

RECORRENTE: 100583 e Outros
QUESTÃO 13
RECURSO IMPROCEDENTE
JUSTIFICATIVA

Chamemos $x = \frac{1}{1 + \frac{1}{1 + \frac{1}{1 + \frac{1}{1 + \dots}}}}$, mas note que $x = \frac{1}{1+x}$ daí $x(1+x)=1$ o que implica $x^2+x-1=0$,

resolvendo a equação do segundo grau temos que $x = \frac{-1-\sqrt{5}}{2}$ ou $x = \frac{-1+\sqrt{5}}{2}$, mas como x é positivo exclui-se $\frac{-1-\sqrt{5}}{2}$, e ficamos somente com $x = \frac{-1+\sqrt{5}}{2}$ que é positivo, pois $\frac{-1+\sqrt{5}}{2} > 0$ implica que $-1 + \sqrt{5} > 0$ que implica $\sqrt{5} > 1$. Note que o menos (-) no 1 faz parte do numerador da

fração e não é o menos da fração. Ou seja, a solução é positiva e a questão contempla o assunto equação do segundo grau no conteúdo programático do edital.

Portanto, a alternativa correta é a divulgada no Gabarito Parcial.

CARGO: TÉCNICO EM RADIOLOGIA

RECORRENTE: 105582 e Outros

QUESTÃO 13

RECURSO IMPROCEDENTE

JUSTIFICATIVA

Chamemos $x = \frac{1}{1 + \frac{1}{1 + \frac{1}{1 + \frac{1}{1 + \dots}}}}$, mas note que $x = \frac{1}{1+x}$ daí $x(1+x)=1$ o que implica $x^2+x-1=0$,

resolvendo a equação do segundo grau temos que $x = \frac{-1-\sqrt{5}}{2}$ ou $x = \frac{-1+\sqrt{5}}{2}$, mas como x é positivo exclui-se $\frac{-1-\sqrt{5}}{2}$, e ficamos somente com $x = \frac{-1+\sqrt{5}}{2}$ que é positivo, pois $\frac{-1+\sqrt{5}}{2} > 0$ implica que $-1 + \sqrt{5} > 0$ que implica $\sqrt{5} > 1$. Note que o menos (-) no 1 faz parte do numerador da fração e não é o menos da fração. Ou seja, a solução é positiva e a questão contempla o assunto equação do segundo grau no conteúdo programático do edital.

Portanto, a alternativa correta é a divulgada no Gabarito Parcial.

QUESTÃO 21

RECURSO IMPROCEDENTE

JUSTIFICATIVA

A incidência AP Axial de Crânio (Towne modificado) indica que o RC deve incidir 3 cm superior ao násio, com 35 graus caudais a partir da LOM e 42 graus caudais partindo da LIOM.

REFERÊNCIA: Tratado de posicionamento radiográfico e anatomia associada / Kenneth L. Bontrager, John P. Lampignano; tradução Alcir Costa Fernandes, Douglas Omena Futuro, Fabiana Pinzetta. - 8. ed. - Rio de Janeiro : Elsevier, 2015. Pagina 433 capítulo 11.

Portanto, a alternativa correta é a divulgada no Gabarito Parcial.

QUESTÃO 26

RECURSO IMPROCEDENTE

JUSTIFICATIVA

As principais indicações para realizar radiografia periapical são : cálculo pulpar, lesões periapicais, reabsorções ósseas, fraturas ,reabsorções ósseas , relação das raízes com o seio maxilar, anomalias de desenvolvimento e avaliação do desenvolvimento dos dentes permanentes.

REFERÊNCIA: Livro Técnicas Radiográficas (Antônio Biasoli Junior) 2º edição página 455 capítulo 21

Portanto, a alternativa correta é a divulgada no Gabarito Parcial.

**QUESTÃO 34
RECURSO IMPROCEDENTE
JUSTIFICATIVA**

Em caso de rotina para trauma do abdome, o mAs pode ser utilizado no seu modo automático segundo orientação do CBR- Colégio Brasileiro de Radiologia, com os seguintes parâmetros: KV 120; espessura corte 5 ou 3 mm; fases– pré contraste , arterial ,venosa e tardia. Portanto permanece inalterado o gabarito.

REFERÊNCIA : Documento emitido pelo CBR- Colégio Brasileiro de Radiologia e Diagnóstico Médico por Imagem. Protocolos de Tomografia Computadorizada- 2015 Pagina 3.

Portanto, a alternativa correta é a divulgada no Gabarito Parcial.

CARGO: COZINHEIRO

RECORRENTE: 102826 e Outros

**QUESTÃO 27
RECURSO PROCEDENTE
GABARITO RETIFICADO
ALTERNATIVA CORRETA “C”**

Note que $221=7 \times 31+4$, logo o resto na divisão é 4 e para a divisão ser exata basta acrescentar +3. Logo, deve-se alterar o gabarito da letra “D” para a letra “C”.

**QUESTÃO 12
RECURSO IMPROCEDENTE
JUSTIFICATIVA**

Resolução: A placa será formada por sete algarismos (três letras e quatro números). As letras serão as 10 primeiras letras do alfabeto, então cada letra que compõe a placa teremos 10 opções. Já para os 4 numerais que compõe a placa dois serão ímpares então 5 opções para cada e dois deles serão pares então 5 opções em cada. Agora basta multiplicar todas as possibilidades para formação das placas: $10 \times 10 \times 10 \times 5 \times 5 \times 5 \times 5 = 625000$.

Portanto, a alternativa correta é a divulgada no Gabarito Parcial.

**QUESTÃO 33
RECURSO PROCEDENTE
QUESTÃO NULA**